

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS TRINDADE CENTRO SOCIO-ECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Eduarda Salla Marcelino

**O RETRATO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO A PARTIR  
DA OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Florianópolis

2022

Eduarda Salla Marcelino

**O retrato da superexploração da força de trabalho a partir da obra de Carolina Maria de Jesus**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Cristiane Luiza Sabino de Souza

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Marcelino, Eduarda

O retrato da superexploração da força de trabalho a partir da obra de Carolina Maria de Jesus / Eduarda Marcelino ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de Souza, 2022.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1.Serviço Social. 2. Superexploração da força de trabalho . 3. Formação sócio-histórica brasileira. 4. Carolina Maria de Jesus. I. Sabino de Souza, Cristiane Luiza . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.



Eduarda Salla Marcelino

**O retrato da superexploração da força de trabalho na obra de Carolina Maria de Jesus**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Local Universidade Federal de Santa Catarina, 09 de dezembro de 2022.



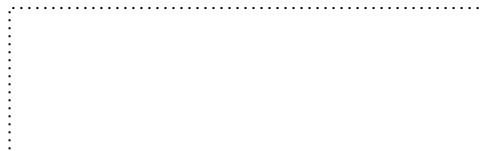
Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Prof.(a)Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza

Orientador(a)



Prof.(a) Dra. Dilceane Carraro

Departamento de Serviço Social -UFSC



Prof.(a) Dra. Heloísa Teles

Departamento de Serviço Social -UFSC

Florianópolis, 2022.

Dedico esse trabalho à todas as Carolinas que negam ser rebotalho da superexploração da força de trabalho e, assim, escrevem outra história do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

A produção de conhecimento e a pesquisa só fazem sentido se construídas coletivamente. E ao finalizar este trabalho, observo e reconheço nele inúmeras pessoas que contribuíram de diferentes formas para que ele pudesse ser realizado, seja pelas pesquisas desenvolvidas em conjunto, pelos debates, diálogos, trocas nos inúmeros cafés, nas calorosas discussões políticas, nos acolhimentos, nos tantos encantamentos pelo Brasil e por sua gente compartilhados. E assim dedico meus agradecimentos.

À Carolina Maria de Jesus, que ao escrever sua história e seguir seu sonho de ser uma poetisa negra, escreveu o outro lado da história do Brasil real. Te dedico minha maior e profunda admiração.

À minha orientadora, Cristiane Luiza de Souza Sabino, pela grandiosa pesquisadora e intelectual que és, pelas referências teóricas que transformaram minha forma de ser e pensar o mundo e por permitir espaço para o desenvolvimento de um trabalho com boniteza, criativo, importante, profundo e com rigor teórico e científico.

À minha orientadora da vida, amiga e professora Heloisa Teles, por ter me impulsionado e acreditado em mim desde o início da graduação, pelo acolhimento, por ter me apresentado e ensinado sobre a formação sócio-histórica brasileira e ter feito eu me encantar com a história do nosso povo. Acima de tudo, te agradeço pela amizade, companheirismo sincero e construções coletivas durante esses anos, muitas outras virão. Te dedico minha total admiração e carinho.

À minha família nuclear. Aos meus pais por sempre me apoiarem em minhas escolhas. Vocês, que desde quando eu era pequeninha me mostraram a importância de uma educação em compromisso com o outro. Lembro das vezes em que minha mãe Zeni levava seus alunos para morar uns dias lá em casa dada as dificuldades que enfrentavam em suas casas. Me recordo também de meu pai Loi me falar o quanto a educação transformou sua vida e de nossa família. Sou quem sou e estou onde estou por causa de vocês. Tenho orgulho imenso da trajetória de vida de vocês e ser filha de vocês dois. E à minha irmã, Lara, por estar comigo durante todos esses anos, não me deixando me sentir sozinha no mundo e por ser quem mais me mostra minhas próprias contradições. Amo vocês.

A minha Vó Dena, por ser inspiração de mulher, mãe, trabalhadora. Nenhuma palavra despreveria meus agradecimentos por você ser exatamente quem é. Te agradeço por ter me criado de forma livre, com muito amor e paciência lá na roça do fundo grande. E por sermos grandes amigas mesmo depois de 23 anos. Te amo incondicionalmente.

À minha tia Juci, por ter sido minha companhia na casa da avó e ter tornado minha primeira infância divertida, curiosa e especial. Lembro de todos os filmes que você alugava para a gente assistir, dos livros e das músicas apresentadas. Te agradeço por nossa parceria e pelos puxões de orelha. Amo você

Aos meus amigos e amigas, que estão sempre ao meu lado e fazem essa vida ter sentido. Em especial à Júlia por ter sido minha família e cúmplice nos últimos anos, à Sofia por ser símbolo e lugar de lealdade e afeto, ao Guilherme por nossa história de amizade, admiração mútua e por saber que sempre poderei contar contigo, ao Emanuel pelo companheirismo sincero, pelo respeito às nossas diferenças e a alegria de sempre. Aos meus amores santamarienses, Kerstyn e Amanda que se tornaram meu abrigo e família.

Aos meus companheiros/as e amigos de curso. Em especial a Julia Teixeira, por toda a sua esperteza, sensibilidade e amizade, sorte grande termos sentado juntas embaixo de uma amoreira no 74C. A Luísa, por seu comprometimento e ternura. A Mariana, pela espontaneidade e leveza. A Maria Júlia, pela contrariedade à mediocridade e a parceria na reta final do curso. Ao Pablo, pelas conversas nos banquinhos e pela inspiração que transmite de que o conhecimento pode ser sempre mais. Ao Victor, por ter sido amigo, parceria e ter feito eu me reencantar novamente com a política de assistência social. A Joyce, pela inteligência, malandragem e firmeza no que acredita.

À União da Juventude Comunista e a todos os camaradas que a constroem. Pela formação política, pela aposta firme na construção de uma nova sociedade livre e sem superexploração. Em especial ao Andrey, Marie, Dieison e tantos outros. Agradeço por saber que ao lado de vocês eu não termino em mim mesma.

Às entidades estudantis, ao Centro Acadêmico Livre de Serviço Social por ter me formado no movimento estudantil, ter possibilitado apreender o que é construção coletiva horizontal e combativa. E ao Diretório Central dos Estudantes - Luís Travassos no qual foi possível compreender a luta estudantil de forma ampla junto aos demais segmentos da Universidade e sociedade a partir de uma gestão combativa, comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Ao Coletivo e Grupo de Estudos e Pesquisas Veias Abertas, pela mirada latino-americana, pela reivindicação de um continente independente e vivo em suas tantas belezas e diversidades, pela perspectiva teórico-metodológica autônoma, comprometida e pautada na construção de uma educação popular. O presente trabalho é fruto do trabalho coletivo do Grupo Veias Abertas.



Ao curso de Serviço Social e as/os professores/as do Departamento curso com quem pude aprender sobre o exercício profissional e que a construção e disputa do projeto ético-político da profissão se fazem cotidianamente.

Mas teu nome há de ecoar  
No condomínio e na favela  
Teu nome há de ecoar  
Na avenida e na viela  
Teu nome há de ecoar que eu vou levar  
Na cidade, no campo, na rua ou na cela  
Teu nome há de ecoar  
Que eu vou levar

*(Carlos e Tereza, El Efecto)*

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é identificar os elementos que expressam a dinâmica da superexploração da força de trabalho no Brasil. Para tanto, toma-se como base a elaboração teórica de Ruy Mauro Marini acerca da superexploração da força de trabalho e realiza-se uma mediação com a obra de Carolina Maria de Jesus e com outros autores vinculados à teoria crítica marxista. Assim, são feitas mediações com as categorias da formação sócio-histórica brasileira: escravismo colonial, racismo, terra, memoricídio, e sexismo em diálogo com as obras: *Diário de Bitita* (1982) e *“Quarto de Despejo: diário de uma favelada”* (1960) de Carolina Maria de Jesus. A metodologia utilizada no trabalho foi um estudo de revisão bibliográfica em obras vinculadas à teoria social crítica. A pesquisa possui caráter qualitativo e utilizou de técnica de análise de conteúdo. Os resultados obtidos revelam como o diálogo entre a obra literária de Carolina Maria de Jesus com os autores críticos que pensam a formação sócio histórica brasileira, produz elementos que propiciam compreender com maior profundidade a dinâmica da questão social e da luta de classes no Brasil, a partir do retrato da superexploração da força de trabalho enquanto particularidade da relação entre capital e trabalho no capitalismo dependente.

**Palavras-chave:** Superexploração da força de trabalho. Formação sócio-histórica brasileira. Carolina Maria de Jesus.

## ABSTRACT

The goal of this work is to identify the elements that express the dynamics of overexploitation of the workforce in Brazil. To do so, the theoretical elaboration of Ruy Mauro Marini about the overexploitation of the workforce is taken as a basis, and a mediation is carried out with the work of Carolina Maria de Jesus and with other authors linked to the Marxist critical theory. Thus, mediation is made with the categories of Brazilian socio-historical formation: colonial slavery, racism, land, memoricide, and sexism in dialogue with the works: *Diário de Bitita* (1982) and “*Quarto de Despejo: diary of a favelada*” (1960) by Carolina Maria de Jesus. The methodology used in the work was a bibliographic review study in works linked to critical social theory. The research has a qualitative character and used the technique of content analysis. The results obtained reveal how the dialogue between the literary work of Carolina Maria de Jesus and the critical authors who theorizes the Brazilian socio-historical formation produces elements that allow a deeper understanding of the dynamics of the social question and the class struggle in Brazil, from the portrait of the overexploitation of the workforce as a particularity of the relationship between capital and work in dependent capitalism

**Keywords:** Overexploitation of the workforce. Brazilian socio-historical formation. Carolina Maria de Jesus.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Prólogo” do caderno Um Brasil para os brasileiros, publicado postumamente no livro Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, escrito por Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy (Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1994). .....	42
Figura 2- Carolina Maria de Jesus às margens do Rio Tietê na favela do Canindé .....	45
Figura 3 – Carolina e seus filhos. ....	46
Figura 4 - “O drama da favela escrito por uma favelada”. Folha da Noite, 9 de maio de 1958, págs. 1 e 9. Acervo digital da Folha de São Paulo.....	47
Figura 5 - Carolina Maria de Jesus na Associação Cultural do Negro - Última Hora, 1960. .	49
Figura 6 - Ruth de Souza e Carolina Maria de Jesus na Favela do Canindé. São Paulo, 1961. ....	50
Figura 7 - Capa do disco Quarto de despejo, 1961, Carolina Maria de Jesus. ....	51
Figura 8 - Carolina Maria de Jesus. 23 de fevereiro de 1963.....	51
Figura 9 - Homenagem a Carolina Maria de Jesus. Desfile da escola de samba Renascer de Jacarepaguá.....	52
Figura 10 - Desfile da Escola de samba Estação Primeira de Mangueira.....	52

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. PRECEDENTES HISTÓRICOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE E DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
2.1. ESCRAVISMO COLONIAL E AS BASES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL.....	24
<b>2.1.1. A indissociabilidade entre classe, raça e gênero da formação da classe trabalhadora brasileira.....</b>	<b>31</b>
2.2. DEPENDENCIA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO MEDIÇÕES PASSADO-PRESENTE.....	34
<b>3. CAROLINA MARIA DE JESUS E O MUNDO.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1 CAROLINA MARIA DE JESUS NUNCA TEVE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA.....</b>	<b>55</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>70</b>
<b>5. REFERENCIAS.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

A história oficial do Brasil vem sendo contada a partir da perspectiva dos vencedores, dos poderosos. E essa história oficial homenageia os que roubam, violentam e traem o povo brasileiro ao mesmo tempo em que criminaliza e apaga a história real dos que lutam, resistem e sustentam, há séculos, com seu sangue e suor, o país. A história real é a história dos pobres, favelados, desterrados, assassinados, marginalizados, os *ninguéns*. Portanto, uma das motivações para a realização deste trabalho foi a de escrever a partir de outra perspectiva, evidenciando a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005), a partir da narrativa de Carolina Maria de Jesus, que ao escrever sobre o seu cotidiano, narra o real e violento processo de existir no capitalismo dependente. O ato de escrever sobre a história não oficial é ao mesmo tempo desafio e combustível para, como diria Eduardo Galeano, revelar o real maravilhoso ao descobri-lo no centro do real horroroso da América.

Pois a historiografia dos vencedores contada no Brasil foi escrita pelos historiadores que pertenciam às classes dominantes, o ato de escrever não foi construído historicamente como um ato popular, pois quem tem o poder, dá o saber. Ou seja, a história oficial é escrita a partir dos marcos hegemônicos. Desse modo, fazer história fora dos padrões oficiais dominantes é um ato de coragem. Nesse sentido, inúmeros são os historiadores da classe trabalhadora que escreveram a historiografia do país fora dos padrões dominantes, a partir da perspectiva dos vencidos. (MOURA, 1990)

No decorrer da graduação pude participar de grupos de estudos e pesquisa e ter a sorte de cruzar no caminho com educadoras que me possibilitaram reconhecer o território latino-americano e todas suas riquezas. Portanto, todos os textos, debates, artes, críticas, giros epistemológicos, afetos e demais contribuições, fizeram com que a mirada latino-americana fosse central para pensar, a partir deste território, quais são os problemas de pesquisa que surgem e que fazem sentido ser estudados. Além disso, o presente trabalho é produto coletivo de anos de participação enquanto bolsista de iniciação científica e de estudos e pesquisas coletivas vinculadas ao Grupo de Estudo e Pesquisa Coletivo Veias Abertas.

O estudo da superexploração da força de trabalho é mais que o ato de se debruçar sobre uma categoria e estudá-la. É, sobretudo, a necessidade de compreender como a superexploração da força de trabalho estrutura a vida dos sujeitos que vivem no capitalismo dependente e, em particular no Brasil, compreendendo todas suas expressões.

Portanto, o presente trabalho tem como tema “O retrato da superexploração da força de trabalho a partir da obra de Carolina Maria de Jesus” o qual foi pensado a partir da questão

norteadora: como a obra de Carolina Maria de Jesus pode evidenciar a superexploração da força de trabalho no Brasil? Tem-se como objetivo, então, a análise na obra de Carolina Maria de Jesus dos elementos que expressam a dinâmica da superexploração da força de trabalho no Brasil. Dentre os objetivos específicos estão: estudar a categoria da superexploração da força de trabalho a partir da teoria marxista da dependência, para compreender suas particularidades no Brasil; apresentar a obra de Carolina e o contexto histórico em que ela escreve sua obra; e identificar e analisar na obra de Carolina dos elementos que evidenciem a dinâmica da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Justifica-se a relevância da pesquisa considerando, a necessidade de se compreender os pressupostos sócio-históricos que constituem a superexploração da força de trabalho na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, a importância do estudo e análise crítica entre a relação estabelecida pelas categorias da economia política e a realidade concreta vivida pela população brasileira. Em tempos que a fome atinge 33 milhões de brasileiros (PENSSAN, 2022), onde 33 milhões de brasileiros estão sem moradia digna segundo dados do UN-HABITAT, a obra de Carolina não se constitui enquanto análise de uma história passada, é uma obra que retrata as atuais condições de vida dos trabalhadores brasileiros sob a dinâmica da superexploração da força de trabalho.

Esse trabalho toma como pressupostos teórico a Teoria Marxista e em específico a Teoria Marxista da Dependência. Assim, o estudo foi elaborado a partir das contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini, Fernando Báez, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Jacob Gorender, Cristiane Sabino Souza e tem como objeto de investigação do trabalho as obras literárias: os diários de Carolina Maria de Jesus.

Ruy Mauro Marini possibilita compreender o capitalismo *sui generis* latino-americano, dado a formação sócio-histórica do continente, com suas veias abertas e dilaceradas pelo colonialismo e escravidão vai assumir particularidades e um papel específico na dinâmica do capitalismo mundial, o da dependência. Dessa forma, o autor elabora uma categoria central para o desenvolvimento do presente trabalho, a qual expressa a modalidade particular de exploração no capitalismo dependente latino-americano: *a superexploração da força de trabalho*.

Assim, como anunciava Gabriel Garcia Márquez em "A Solidão da América Latina" (1982) desde os primeiros colonizadores que invadiram esse continente, nunca se teve um instante de sossego. E a superexploração da força de trabalho é a expressão concreta desse processo de colonização da América Latina. Processo o qual, de acordo com Fernando Báez (2010), foi estruturado pelo *genocídio* com o extermínio tanto dos povos originários e dos povos



africanos escravizados, pelo *etnocídio* por meio da destruição cultural de um povo e pelo *memoricídio* com o pagamento de todo o patrimônio histórico - tangível ou intangível.

Esse processo no Brasil, constituiu, um modo de produção particular para atender as necessidades do desenvolvimento capitalismo que se desenvolvia: *o escravismo colonial*. Quem desenvolveu essa categorização foi Jacob Gorender em seu livro, “*O Escravismo Colonial*” (2016) onde apresenta como esse modo de produção foi formado a partir da invasão colonial e na extinção dos modos de produção dos povos originários que aqui existiam, e também, pela escravidão enquanto eixo central de todas as relações sociais de produção. Temática que também é apreendida a partir da obra de Clóvis Moura principalmente no que tange a dinâmica da luta de classes no modo de produção escravista colonial.

E, é a partir da invasão colonial no século XV nos países latino-americanos, que a terra passa a assumir outro sentido. Não mais o sentido de território comum e produção dos modos de ser dos povos originários, mas sim, de expropriação, violência, mercantilização e produção de mais valor desse território que no contexto do colonialismo é denominado de América Latina. Esse sentido imposto pelo colonialismo é fundado no trabalho escravo dos povos originário e do povo negro, no monopólio da terra, ao mesmo tempo em que esse sentido é radicalmente negado pelos povos que pertenciam a esse território (SOUZA, 2020) (TRASPADINI, 2016).

Portanto, ao colocar o escravismo como dinamizador central das relações sociais de produção, durante o escravismo colonial, importa para este trabalho compreender a dimensão que essas relações vão engendrar nas “novas” relações sociais de produção no capitalismo dependente brasileiro por meio da superexploração da força de trabalho. Recorre-se, então, a obras de Clóvis Moura, intelectual brasileiro, homem negro e estudioso da questão racial no Brasil, que possibilita compreender como ocorre a transição entre escravismo colonial e capitalismo dependente por meio das medidas modulares implementadas pelo governo imperial, que conformam uma franja marginal e consolidam o racismo como um mecanismo de dominação ideológica no capitalismo dependente.

Assim o que antes na sociedade escravista era dinamizado pela relação entre senhor versus escravo, no capitalismo dependente vai assumir uma nova dinâmica. Portanto, é com a intelectual brasileira, assistente social, e estudiosa da questão racial e agrária brasileira, Cristiane Sabino Souza, que entende-se a transição do eixo dinamizador das relações sociais entre senhor e escravo no escravismo colonial, para burgueses e trabalhadores superexplorados, no capitalismo dependente.

Ao adentrar no capitalismo dependente, a fim de analisar e entender como se expressa a superexploração da força de trabalho no País, se faz necessário partir do concreto vivido pelos sujeitos que nesse território existem e se reproduzem a duras penas. Nesse sentido é que escolheu-se a obra de Carolina Maria de Jesus: mulher, negra, mãe, catadora, artista, poetisa, escritora e pessoa ímpar, para narrar a partir da sua obra, a história brutal da raça/cor, da classe e do gênero que mais sofre com a superexploração da força de trabalho no Brasil.

E, assim, dialoga-se com Lélia Gonzalez, grande intelectual brasileira, militante do movimento negro, que preocupou-se em estudar sobre a cultura negra brasileira, a mulher negra e diversos outros temas. Lélia possibilita dimensionar a relação das mulheres negras e seu lugar na sociedade de classes no capitalismo dependente brasileiro, as quais ocupam e sustentam a base desse sistema violento de superexploração.

A escolha da obra de Carolina Maria de Jesus para a análise do presente trabalho se deu não apenas pela admiração em relação à pessoa, ao trabalho e a obra de Carolina, mas também, porque com a obra literária de Carolina torna-se possível dar dimensão a outros aspectos da superexploração da força de trabalho, que não são tão evidenciados nas obras teóricas, e que são revelados pela literatura. Entretanto, a análise da literatura em si não é o campo de estudo e nem objetivo central do trabalho, mas considera-se importante instrumento para dar luz às categorias da formação sócio-histórica brasileiras trabalhadas. Assim, tendo como inspiração o texto de Leandro Konder “*A ‘Vitória do Realismo’ num Poema de Drummond: ‘A mesa’*” onde o autor analisa o poema “a mesa” de Carlos Drummond de Andrade e apresenta acerca do contexto sócio-histórico do final da primeira metade do século XX, tem-se acordo com Konder no que tange sobre a função da arte na explicação da realidade:

A ciência pode dar-nos da crise um conhecimento mais rigoroso, melhor dimensionado, mas a arte nos dá, através de suas imagens sensíveis, uma vívida compreensão interior de alguns modos essenciais como está sendo vivida a referida crise. São dois conhecimentos que se completam, se estimulam e se corrigem mutuamente. (KONDER, 1974, p. 90)

Ao eleger a categoria da superexploração da força de trabalho como central para o presente trabalho, parte-se de uma perspectiva analítica de totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista, a qual está vinculada a um método de compreender a realidade, o materialismo histórico-dialético, o qual foi depurado por Karl Marx. O materialismo histórico compreende as categorias econômicas enquanto expressões teóricas abstraídas do real. Nesse processo de abstração do objeto é possível atingir suas determinações concretas, até se chegar

nas determinações constitutivas mais simples para se realizar o caminho inverso e chegar em um concreto pensado. (NETTO, 2011).

Pois o processo de conhecimento do objeto se dá a partir da captura da estrutura e dinâmica do objeto por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese (reprodução ideal de seu movimento real análise a partir da totalidade e compreensão de suas determinações fundamentais) (NETTO, 2011).

Nessa perspectiva, o trabalho será um estudo de revisão bibliográfica em obras vinculadas à teoria social crítica, particularmente a Teoria Marxista da Dependência para atender ao primeiro objetivo de estudar a categoria da superexploração da força de trabalho, para entender suas particularidades no Brasil. Além disso, será feita pesquisa em obras biográficas no sentido de apresentar Carolina Maria de Jesus e a criação de sua obra, e o contexto histórico em que ela escreve sua obra.

Assim, a abordagem de pesquisa a ser utilizada será a qualitativa, uma vez que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (CHIZZOTTI, 1991, p.79)

Para a identificar na obra de Carolina Maria de Jesus os elementos que evidenciem a dinâmica da superexploração da força de trabalho far-se-á uso da análise de conteúdo (MORAES, 1999) pois através dela torna-se possível compreender criticamente o sentido do que está sendo estudado, seu conteúdo manifesto ou latente e seus significados explícitos ou ocultos. A análise de conteúdo será operacionalizada através de três etapas: seleção das obras e pré-análise, que será a leitura das obras, por meio de fichamentos e sínteses; a exploração do material e identificação das categoriais trabalhadas na obra de Carolina Maria de Jesus (superexploração da força de trabalho, racismo, o etnocídio, escravismo colonial, terra, sexismo, modernização conservadora e o estado) e análise final.

A exposição foi estruturada em III capítulos além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo versa sobre os precedentes históricos do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho no Brasil, o capítulo dois faz uma apresentação de forma sintética de partes significativas da vida de Carolina Maria de Jesus e o último capítulo o qual é uma análise da obra de Carolina Maria de Jesus a partir das categorias apresentadas no primeiro capítulo.

## 2 PRECEDENTES HISTÓRICOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE E DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os precedentes históricos e as tendências que configuram a dependência e a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro. Dessa forma, parte-se da compreensão dialética entre totalidade e particularidade para analisar a história da conformação da dependência nos países latino-americanos no contexto da divisão internacional do trabalho, a partir das relações econômicas, sociais e políticas desenvolvidas entre as colônias na América Latina e as metrópoles europeias. Para que então seja possível compreender como as particularidades da formação sócio-histórica brasileira constituem a superexploração da força de trabalho no Brasil.

Assim, tendo em vista, a divisão internacional do trabalho no contexto da formação do desenvolvimento do capitalismo mercantil e da acumulação originária, recorre-se a Ruy Mauro Marini o qual mostra, em seu livro intitulado *Dialética da Dependência (2005)*, o papel que tiveram as colônias na América Latina no contexto da expansão comercial mundial. Pois foram fundamentais para, no princípio, impulsionar um aumento no fluxo de mercadorias e uma complexificação dos meios de pagamento. O que tornou possível o desenvolvimento de setores importantes como o capital comercial e bancário na Europa além de ser a base da criação da grande indústria europeia. (MARINI, 2005, p. 140).

Marini (2005) explica como, nesse contexto, se dá a inserção dos países europeus e latino-americanos na divisão internacional do trabalho. O autor evidencia como o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais esteve estritamente ligado à oferta de produtos de subsistência, de origem agropecuária, que a América Latina fornecia a esses países. Então, à medida que os países latino-americanos proporcionaram a produção de matérias primas e produtos agrícolas, os países europeus puderam se especializar na produção mundial de mercadorias industrializadas.

Ou seja, a expansão comercial a nível mundial só foi possível por meio do colonialismo. Eric Williams mostra, a partir do livro *Capitalismo e Escravidão*, como o desenvolvimento do capitalismo na Europa só foi possível por meio da relação entre o colonialismo, escravidão e a acumulação primitiva na América Latina. Essa relação evidenciou como o comércio triangular pautado no colonialismo e trabalho escravo proporcionou um dos principais fluxos de

acumulação de capital, os quais financiaram o aceleramento industrial na Inglaterra que deu a base para o surgimento do capitalismo.

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (WILLIANS, 2012, p. 90)

A triangulação dos mercados possibilitou para o Império Britânico o avanço da navegação comercial, o crescimento das grandes cidades portuárias e do mercantilismo. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento dos Estados capitalistas europeus condicionava o subdesenvolvimento do continente latino-americano, marcado pela expropriação, exploração e aumento do tráfico de africanos para as Américas.

Assim, recorre-se a Karl Marx (2006) que nos mostra como o desenvolvimento do capitalismo só foi possível devido a acumulação primitiva que os países colonizados, dentre eles os latino-americanos, proporcionaram aos países europeus no processo da violento de acumulação primitiva, por meio do trabalho escravo, da expropriação e saque das matérias primas e do tráfico negreiro do continente africano para as Américas. A importância que as colônias assumiram para o desenvolvimento do excedente econômico foi citada por Karl Marx no livro *O Capital*, capítulo 24:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-se-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. (MARX, 2006, p. 864).

No Brasil constituiu-se, concomitantemente, um modo de produção particular para atender as necessidades do capitalismo que se desenvolvia: *o escravismo colonial*. Quem desenvolveu essa categorização foi Jacob Gorender em seu livro, *“O Escravismo Colonial”* (2016) onde apresenta como esse modo de produção foi formado a partir da invasão colonial e na extinção dos modos de produção dos povos originários que aqui existiam, tendo a escravidão enquanto eixo central de todas as relações sociais de produção. As forças produtivas desse modo de produção eram sustentadas pela tríade: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. A

plantagem (latifúndio e monocultura) adequou-se às relações de produção do trabalho escravo, constituindo a base desse novo modo de produção. Sendo assim, sobre as formas particulares de extração e produção de riquezas, a partir do trabalho escravo e da expropriação, constitui-se um modo singular de produzir as mercadorias e as relações sociais de produção.

O escravismo colonial no Brasil representou muito mais que a extração e produção de riquezas para os países industrializados, representou também, segundo Traspadini (2016): “a separação do ser humano de sua conexão direta com a terra”. Ou seja, há uma separação brutal dos povos originários que habitavam esse território com a terra e suas formas de existência e principalmente de subsistência, sendo então forçados por meio da violência colonial, ao trabalho escravo. Assim, para Traspadini (2016):

A invasão da América Latina foi decisiva para a acumulação originária europeia não somente pelo que se descobriu, quanto à riqueza natural territorial, somada à aprendizagem de técnicas e de organizações sociais que comporiam a estrutura de poder nascente da burguesia no continente europeu. Também pelo que estaria por explorar, poderia vir a ser na apropriação da riqueza oriunda da terra e do trabalho no continente. Ou seja, geria-se no presente da conquista-colonização um futuro de extração de riqueza na forma mercantil que aparentemente não se esgotaria tão rapidamente (2016, p. 119)

O escravismo colonial demarca, portanto, um novo sentido à terra, que não mais compreende a relação dos indivíduos com seu território, seus diversos modos de ser e de produção de existência. Mas a define, a partir da propriedade privada da terra, como uma mercadoria central para a produção de valor e acumulação do modo de produção capitalista que se gestava na Europa a partir de um eixo baseado na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo nas Américas e da expropriação da terra, expulsão dos trabalhadores e trabalho “livre” assalariado e explorado nos países europeus.

Contudo, ao compreender a dialética da terra na América Latina a partir de uma perspectiva de totalidade, é necessário explicitar as contradições que movimentam esse processo sócio-histórico, as quais tem como eixo dinâmico a luta dos povos originários e do povo negro no sentido de negação da sujeição e da dominação, seja da terra, seja do trabalho escravo. De acordo com Souza (2020):

Na luta pela terra-território, outro sentido de ser e estar no mundo, é reivindicado e, ao ser reivindicado, movimenta-se de forma contraditória ao sentido mercantil da terra, forjado pela propriedade privada. Reconhecer que as lutas concretas contra a dominação movimentam a dialética da história e impedem a dominação total do capital sobre a terra e trabalho, é fundamental à compreensão da realidade (SOUZA, 2020, p. 161)

A tomada da terra a partir do saque de nossas riquezas, pela dizimação dos povos originários, pelo aniquilamento das culturas aqui existentes, pelo massacre e escravização dos povos africanos e pelo apagamento da nossa verdadeira história (BÁEZ, 2010). O resultado disso tem sido a perpetuação do genocídio, etnocídio e memoricídio (BÁEZ, 2010).

Tendo em vista as categorias elaboradas por Fernando Baez (2010), compreende-se que o genocídio é o extermínio tanto dos povos originários quanto dos povos africanos escravizados, por meio do trabalho escravo e compulsório, ou por conta da resistência dos povos à dominação do colonizador.

O etnocídio significa a destruição cultural de um povo. É resultado do roubo econômico que exigiu a modificação dos modos de vida, negando “aos indígenas o direito à terra que já ocupavam e seus recursos naturais, o direito ao uso de sua própria língua e educação e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação” (BÁEZ, 2010, p 133).

Já o memoricídio é o apagamento de todo o patrimônio histórico - tangível ou intangível - que simboliza a resistência. De acordo com Baez a transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: “a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; c) e, pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato” (BÁEZ, 2010: 37).

## 2.1. ESCRAVISMO COLONIAL E AS BASES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Assim, recorre-se a Clóvis Moura em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), o qual classifica a história da escravidão brasileira em duas fases: Escravismo Pleno (1550-1850) e Escravismo Tardio (1851-1888). Esta periodização foi feita no sentido de mostrar como quase 400 anos de escravidão abrangendo suas inúmeras particularidades, modificações e contradições, foi a base do capitalismo dependente (MOURA, 2014).

O primeiro período (*escravismo pleno*) é o da consolidação do sistema escravista, portanto, as relações de produção escravistas dominavam as relações sociais, econômicas e políticas. Sendo, o eixo dinamizador dessas relações sociais de produção a luta entre escravizados e senhores de escravos, o primeiro por meio comportamento radical na luta ativa contra a escravidão - por meio dos movimentos coletivos, dos quilombos, das fugas individuais ou grupos, descaso pelo trabalho, suicídio, etc - e contra os senhores, e o segundo por meio dos

mecanismos repressivos: castigos extremamente severos, perseguição, mortes, etc. (MOURA, 2014, p. 42) .

Ao mesmo tempo em que assim procedia, o escravo rebelde criava novos níveis de desajustes, novos elementos de assimetria social, pois, ao retardar o processo de produção, fazia com que, no pólo intermediário, se desenvolvessem elementos que também impulsionavam a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. Isto quer dizer que defluíam, depois, como reflexo da sua atividade rebelde, outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas que, por seu turno, influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de escravo a quilombola. (MOURA, 2020, p. 392).

A práxis negra é o principal dinamizador desse contexto, pois joga luz às contradições advindas da escravização dos negros que não se mantiveram passivos à sua exploração. Pelo contrário, muitos são os registros e que depois serão melhor problematizados, que explicitam os embates mantidos entre os escravizados e senhores de escravos.

Os escravizados assumiram, no escravismo colonial, a condição de propriedade enquanto mercadoria central na sociedade escravista colonial, o que provocou a *coisificação* do escravizado por meio de processos de alienação de si mesmo e da própria mercadoria que produzia. Ao mesmo tempo em que os escravizados ao atravessarem essa condição, por meio da negação ao regime escravista, era por meio dos castigos bárbaros que eram considerados humanos. Essa relação entre coisa e pessoa para o escravizado coloca uma contradição que só é possível de superar a partir da práxis negra. Para Gorender: “O escravo é o inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reação ao trabalho é a reação da humanidade do escravo a coisificação” (2016, p. 99).

É no ínterim do escravismo pleno que ocorre a independência formal do Brasil em 1822, forjada pelos interesses internacionais e nacionais, vinculados a classe dominante escravista. Marini (2005) apresenta como as independências na América Latina, desenroladas sob as estruturas arcaicas do sistema colonial, vão engendrar um conjunto de países dependentes da Inglaterra. Mostrando como o movimento da produção e reprodução do capital em nível mundial, vai se dar a partir das relações comerciais assimétricas e desfavoráveis entre os países dependentes e a metrópole inglesa, que em função das demandas desta, realizam a exportação de bens primários e importam produtos manufaturados (MARINI, 2005, p 140).

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para



assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p. 141).

Considerando esses elementos, é pertinente ao trabalho, no entanto, o aprofundamento na segunda fase do período escravista colonial, o escravismo tardio (1851-1888), o qual é caracterizado principalmente pela articulação entre o fim da escravidão e o início do trabalho livre no capitalismo dependente brasileiro. Essa transição, de acordo com Clóvis Moura (2014), vai ser possível por meio de algumas medidas que atuaram no sentido de impedir o desenvolvimento interno da dinâmica econômica e social na transição dos modos de produção, no sentido de preservar os interesses das classes dominantes escravistas na transição para o capitalismo dependente brasileiro.

Moura (2014) mostra como essa relação vai ser mediada por processos concomitantes entre a “modernização” e a manutenção de estruturas arcaicas escravistas e conservadoras. Nesse sentido, apresenta táticas políticas que foram articuladas pelas oligarquias latifundiárias, no contexto de modernização, para que essa elite dominante pudesse manter seus privilégios de classe na transição do escravismo para o trabalho livre, proporcionando a consolidação de um capitalismo dependente.

Com o processo de modernização conservadora e as poucas tentativas de desenvolvimento interno, a partir do século XIX, o Brasil começa a se endividar com a Inglaterra. É importante apreender a contradição inscrita nesse processo, pois, ao mesmo tempo em que interessava à Inglaterra expandir as relações comerciais com o Brasil, ela buscava também impedir nosso desenvolvimento interno - principalmente nos setores bancário, ferroviário e industrial - por meio do protecionismo governamental (MOURA, 2014).

Além disso, as novas tecnologias utilizadas para modernizar o Brasil serviam ainda a estrutura escravista. Moura (2014) menciona a exemplo o telégrafo, visto que foi um importante instrumento que impulsionou a comunicação no país. Contudo, a necessidade de sua implantação se deu também para controlar e aprisionar os escravos fugidos com mais rapidez.

Outro exemplo citado por Moura, é sobre a implantação das ferrovias - em sua maioria inglesas - as quais não só dinamizam o comércio de mercadorias, mas também, serviam de transporte ágil as tropas que se dirigiam aos quilombos a fim de acabar com a organização quilombola.

Por isso é importante salientar que essa modernização, a qual irá ocorrer em diversas dimensões da sociedade brasileira - cultural, tecnológica, econômica - não altera a estrutura arcaica das relações sociais escravistas, pois no processo de modernização conservadora, os

senhores de escravos estabeleceram mecanismos para que seus interesses e privilégios fossem preservados. O capitalismo dependente que estava se desenvolvendo no Brasil, se edifica a partir desses elementos

Nesse sentido, o bloco de poder dominante (império, senhores de escravos, Igreja etc.) utilizou-se de medidas estratégicas para sustentar esse processo de modernização conservadora, a tal ponto que dessem conta de articular o fim do escravismo e o início do trabalho livre no Brasil, a partir de uma noção falsa de autonomia e soberania nacional. Esses mecanismos, segundo Moura (2014) são: Tarifa Alves Branco (1844); A Lei da Terra (1850); A Lei Euzébio de Queirós (1850) e a Política Imigrantista (MOURA, 2014, p 103).

A Tarifa Alves Branco foi uma medida protecionista à indústria nascente e traduz-se no aumento da taxa cobrada sobre produtos importados, tendo como objetivos centrais o estímulo à criação de indústrias nacionais assim como de novos mercados de trabalho. Em outras palavras, segundo Moura: a Lei entra como um componente para o desenvolvimento do capitalismo dependente em meio às relações econômicas e sociais que caracterizam esse período. Dessa forma, a criação de incentivos para desenvolvimento industrial significava abrir novos espaços de trabalho que necessitavam de mão de obra e que não poderia ser preenchida pelos trabalhadores negros e não brancos. Ou seja, foi uma medida idealizada no sentido de criar as condições para a vinda do trabalhador imigrante europeu. (MOURA, 2014, p 104)

O aceno à industrialização não leva em consideração nem o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada coisa e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização, nem uma superestrutura jurídica e política que legalizava esse status quo, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. (MOURA, 2014, p 107)

Além disso, essa medida exercia também um papel ideológico, no sentido em que desvalorizava o trabalhador nacional - especialmente o negro e o não-branco - colocando-os como não participantes do processo de modernização. Segundo Moura, a ideologia do branqueamento fez com que o negro fosse colocado na base do sistema econômico e transformado em símbolo negativo nessa sociedade. (MOURA, 1983).

Moura (2014) analisa como a Lei de Terras foi fundamental no sentido de inviabilizar uma abolição radical, negando aos trabalhadores brasileiros o direito à terra - principalmente aos ex-escravos - radicalizando a sua conotação de mercadoria, fazendo com que fosse necessária a mão de obra imigrante e europeia para dar conta do problema da mão de obra nas colônias. Ademais, atendia aos interesses das elites dominantes, na medida em que representava também a conservação da posse da terra nas mãos das oligarquias latifundiárias. Essa medida

gerou consequências históricas no processo de concentração de terras e ocupação territorial do Brasil, visto que quem tinha a propriedade da terra e renda eram os imigrantes e a elite nacional.

Segundo Clóvis Moura, dentre as medidas adotadas na transição do escravismo para o trabalho livre, a mais incisiva foi a Lei Eusébio de Queirós (1850). A medida proibia o tráfico internacional de africanos, causando grandes impactos no modo de produção escravista e colonial, visto que a principal mão de obra da colônia, a qual era tida como infundável, só era realizável por meio do tráfico e roubo de africanos. Para Moura (2014), essa medida foi central na articulação do fim do escravismo tardio no Brasil, pois a partir dela se condicionam as outras medidas.

Cabe ressaltar que determinada medida também foi fundamental para abrir espaço para a vinda dos trabalhadores imigrantes europeus para o Brasil, pois a principal mão de obra existente no país não poderia mais ser renovada, tornando-se pouco atrativa aos senhores de escravos, principalmente os do sul do Brasil. Assim, o Estado atuou como aparelho de dominação ideológica na rejeição social e étnica das populações que faziam parte da sociedade brasileira (MOURA, 2014). Nesse sentido, no que tange a Política Imigrantista, ela foi fundamental para sanar a preocupação das elites dirigentes em relação ao problema da mão de obra:

Diante dos mecanismos de desenvolvimento que foram libertados, houve um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido. Tanto na indústria nascente como na agricultura, especialmente no seu setor mais dinâmico que era a lavoura do café, houve um trabalho racional de fixação do imigrante, enquanto as populações negras flutuantes eram transformadas, paulatinamente, em exército industrial de reserva (MOURA, 2021, p. 49).

Essas medidas não foram apenas mecanismos político-econômicos adotados pelas elites dirigentes do País, elas representam a construção de um projeto de nação para o capitalismo dependente, fundado principalmente em um projeto ideológico racista. Esse projeto tem no racismo um mecanismo ideológico de dominação fundamental para manutenção da superexploração da população negra e indígena

Assim, em análise a esses mecanismos utilizados pela classe dominante brasileira, no contexto sócio-histórico de constituição do mercado livre de trabalho, um elemento central se evidencia como dinamizador: *a modernização conservadora*. Ou seja, esse período é marcado pelo desenvolvimento intensificado dos processos de urbanização e modernização sob uma base

de relações sociais de produção escravistas, sem alterá-las, preservando os interesses das classes dominantes senhoriais. De acordo com Moura (2014):

No caso da sociedade escravista brasileira, a sua particularidade é que, em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico e econômico revolucionou as relações sociais nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista. (MOURA, 2014, p. 86).

Essas relações capitalistas que “modernizaram” o País, sob uma estrutura escravista, eram dinamizadas pelo capital externo e ditadas conforme os interesses destes, principalmente o capital inglês. Todo esse investimento externo impossibilitou o desenvolvimento de uma burguesia nacional brasileira, e colocou o País no lugar do subdesenvolvimento e da dependência.

O resultado desses mecanismos, que conformam a transição do escravismo para o capitalismo, bem como a substituição da mão de obra negra escravizada pelo trabalho assalariado do branco europeu, para Moura (1983), transformou a massa de trabalhadores negros em uma *franja marginal*:

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1983, p. 133).

A franja marginal foi categorizada por Moura (2021) no sentido de explicar o processo vivenciado pela população negra ex-escravizada, na transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, no que tange a sua não inserção no processo de trabalho livre<sup>1</sup>. Para tanto, o autor apresenta três pontos fundamentais que são responsáveis por esse impedimento.

Em primeiro lugar, o negro era a principal mercadoria do modo de produção escravista colonial, o que de acordo com Moura, ocasionou uma separação radical dos bens que produzia, se alienando totalmente de seu trabalho e de si mesmo enquanto sujeito, pois esse processo de

---

<sup>1</sup> Karl Marx (1979) desenvolve a categoria exército industrial de reserva, a qual: [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. Marx (1979, p. 733-734)

alienação “o impedia de ver-se e elaborar valores de contestação globais e racionais ao sistema” (MOURA, 2021, p. 45-46).

Em segundo lugar, está o fato de que o escravo não era tido como um sujeito pela sociedade escravista, mas sim como coisa. Portanto, não havia necessidade de qualificar e “aprimorar” (sob a perspectiva da técnica) o trabalho do sujeito escravizado, pois este era tido como uma mercadoria de fácil reposição durante a maior parte do escravismo colonial. O que fez com que no período do pós-abolição, fosse mais difícil os trabalhadores negros se inserirem no mercado de trabalho nascente. (MOURA, 2021, p. 46).

Por fim, o autor apresenta que não houve a criação de uma política de integração dos trabalhadores negros ao novo sistema de trabalho, mas, a criação de uma política imigrantista, a qual, como já apresentada anteriormente, funcionou não apenas enquanto estímulo para a vinda dos trabalhadores imigrantes europeus para o Brasil, significou, também, um projeto dominante de formação da classe trabalhadora brasileira: embranquecida. O Estado brasileiro, que se desenvolve no capitalismo dependente, passa a utilizar o racismo enquanto um aparelho de dominação ideológica, por meio da rejeição social e étnica das populações que faziam parte da sociedade brasileira, deslocando os trabalhadores negros e indígenas para a margem desse novo sistema que se desenvolvia.

A fim de evidenciar essa situação, Moura (2021) apresenta dados de uma pesquisa feita em 1882, nas cinco principais províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro), que indicavam a existência de 1433.170 trabalhadores livres, 656.540 trabalhadores escravos e 2.822.583 desocupados<sup>2</sup>. Ou seja, havia quase o dobro de desempregados do que os trabalhadores livres e mais do que a soma entre livres e escravos. (MOURA, 2021, p.48).

Moura, em trabalho intitulado “*Estratégia de imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho no Brasil*” (1988), apresenta diversas estratégias elaboradas pelas elites no período de transição entre o escravismo colonial e o capitalismo dependente, no sentido de imobilizar a população negra na integração ao mercado de trabalho livre no Brasil. Para o autor:

Em determinada fase de nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas, através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros os negros e seus descendentes direto predominassem. Tudo aquilo que apresentava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após abolição (MOURA, 1988, p.45)

---

<sup>2</sup> (FONTE citada por Moura: J. M. Camargo Júnior - “A Abolição e suas Causas”, in “Estudos Afro-Brasileiros”, Rio de Janeiro, 1935.)

Esse quadro, portanto, não ilustra apenas dados da realidade econômica e social da situação em que se encontrava o Brasil no processo de transição entre os modos de produção. Ele revela elementos que são constitutivos para a formação da classe trabalhadora brasileira, a qual é marcada desde seu início pela divisão social e racial do trabalho, pela marginalização da população negra e indígena. O resultado disso como evidência Moura, foi:

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão. (MOURA, 2021, p 49).

### **2.1.1 A indissociabilidade entre classe, raça e gênero na formação da classe trabalhadora brasileira**

Portanto, no sentido de aprofundar a compreensão das relações envolvidas no processo de construção de um projeto político-ideológico de discriminação da população negra, recorre-se a Lélia Gonzalez (2020), com o objetivo de qualificar esse debate no que tange a outro elemento que marca o surgimento do trabalho livre no Brasil, a relação entre a divisão social, racial e sexual do trabalho, a partir da análise do sexismo na sociedade brasileira. Pois de acordo com Lélia (2020), as mulheres negras são triplamente discriminadas no Brasil, dada a conformação histórica construída desde o processo de transição entre os modos de produção.

A mulher negra escravizada durante o escravismo colonial era forçada a ocupar o lugar de escrava trabalhadora do eito e de mucama, onde no primeiro trabalhava de forma semelhante ao homem negro nas funções dos campo, engenho, mas também tinha um papel fundamental de dar a força moral, que incitava seus companheiros às lutas e as revoltas, ao mesmo tempo em que resistiam de diversas formas, seja pela liderança nas rebeliões como representou Luísa Mahin na Revolta dos Malês<sup>3</sup> e até mesmo pelo suicídio e assassinatos, para que seus filhos não sofressem com a brutalidade da escravidão. Já no segundo caso, a mucama enfrentava a imensa

---

<sup>3</sup> Ocorrida em Salvador, organizada principalmente pelos escravos de origem muçulmana. Representou uma breve, mas, a maior revolta urbana no escravismo colonial, que buscava eliminar a escravidão e pretendia a liberdade religiosa para os escravos de origem islâmica (muçulmanos), para que pudessem defender o patrimônio religioso e realizar suas práticas (cultos, costumes, crenças, etc) bem como libertar os escravos de origem muçulmana. Ao analisar sob a perspectiva da luta de classes, Moura (2020) diz que a grande insurreição vai mostrar o nível de organização política dos escravizados, visto os históricos de luta que haviam travado. Dentre as principais lideranças estavam: Diogo, Ramil, James, Cornélio, Pacífico Lucitã, Manuel Calafate, Conrado, Aprígio, Luís Sanim, Belchior, Luísa Mahin. (MOURA, 2020). Entre as principais lideranças, destaca-se aqui, Luísa Mahin, africana, lutadora que cumpriu papel central na revolta dos malês e que tem sua história apagada no Brasil.

tortura de manter a casa do senhor de escravos, cuidar e criar dos filhos dos senhores de escravos, cozinhar seus alimentos, amamentar suas crianças e ter que sofrer os abusos e violências sexuais do senhor de escravos.

O papel da mucama ocasionou o que Lélia (2020) vai discorrer sobre a figura da Mãe Preta, a qual tinha como responsabilidade a criação dos filhos dos senhores de escravos e que ficou marcado na história oficial como uma personagem que representava a harmonia das relações entre as raças e a benevolência da escravidão no Brasil. Narrativa utilizada para reforçar a ideia de que “representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo” (GONZALEZ, 2020, p. 54). Contudo, de acordo com Lélia, não se pode deixar de considerar as diversas formas de resistência, sendo a “passiva”<sup>4</sup> uma delas.

Além disso, ainda segundo Lélia Gonzalez (2020), a Mãe Preta bem como o Pai-João representaram um papel importante - de forma consciente ou não - no que tange a transmissão da cultura africana aos brancos, principalmente em relação à africanização do português no Brasil, ou seja, temos nossa própria língua que é o “pretuguês”. De acordo com Lélia:

E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isso apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira. (GONZALEZ, 2020, p. 55)

A mulher negra teve um papel fundamental na construção da sociedade brasileira e não apenas uma contribuição, ela foi formadora da cultura brasileira. E, ao demarcar esse papel, demarca-se o apagamento dessa mesma história. O que condiciona, então, dado o papel central que representou a mulher negra, os níveis de exclusão e superexploração da mesma no capitalismo dependente brasileiro?

No caso das mulheres negras está evidente que os mais de 300 anos de escravidão consolidam no capitalismo dependente a divisão racial e sexual do trabalho, onde o “racismo - enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas - passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura” (GONZALEZ, 2020, p. 34). Entretanto, não existe somente uma discriminação racial perpetuada pelo racismo em relação a mulher negra, mas o que Lélia Gonzalez (2020) caracteriza como *racismo cultural*, o qual normaliza

---

<sup>4</sup> Uso das aspas decorre em concordância a expressão em aspas “resistência passiva” utilizada por Lélia Gonzalez ao se referir às diversas formas de resistência dos escravizados no período do escravismo colonial. (GONZALEZ, 2020, p. 54)

na sociedade brasileira, que mulheres num geral e, principalmente a mulher negra, ocupem espaços precarizados e desvalorizados, sendo principalmente serviços que não são relacionados com lidar com o público; bem como a aceitação das diferenças salariais entre homens e mulheres e, em específico, entre homens brancos e mulheres negras.

No período que imediatamente sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadão iguais perante a lei”, coube a mulher negra arcar com a posição de viga mestre de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, prepara o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. (GONZALEZ, 2020, p. 40)

Para a Lélia Gonzalez (2020), a exclusão da mulher negra na sociedade brasileira, a partir do trabalho livre, se dá fundamentalmente por dois papéis sociais centrais: “doméstica” e “mulata”, o primeiro demarca sobre os trabalhos tidos como exercício natural das mulheres negras tais como merendeiras, empregadas domésticas, servente de serviços gerais, entre outros. E o segundo versa sobre a sexualização das mulheres negras na sociedade brasileira, tida como objeto sexual de turistas e brasileiros, de modo que momento de auge da figura da mulata é no carnaval, momento de seu máximo reconhecimento, o que a leva a um grande processo de reificação e alienação de si própria. Sendo a doméstica o completo oposto a essa exaltação, pois trata do cotidiano da vida das mulheres negras. Além disso, é importante exprimir que a sexualização das mulheres negras está relacionada diretamente com o processo de folclorização e deturpação da cultura negra no Brasil, o que, por sua vez, está diretamente relacionado com o que foi discorrido anteriormente (GONZALEZ, 2020, p. 44)

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte e “mãos brancas” estão aí matando negros à vontade; observe que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 2020, p. 83)

Evidencia-se então, em diálogo com Lélia Gonzalez (2020), acerca da condição da mulher negra na formação sócio-histórica brasileira, como o trabalho livre no capitalismo dependente nasce estruturado pela divisão racial, sexual e social do trabalho. É nesse sentido



que a obra de Carolina Maria de Jesus se faz pertinente, pois revela como esse passado permanece presente por meio da superexploração da força de trabalho.

## 2.2 DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: MEDIações PASSADO-PRESENTE.

A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente conformou, portanto, uma posição de dependência para o Brasil em relação aos países dominantes e resultou na formação social e econômica, causando impactos, determinações e contradições internas que vão configurar as relações sociais que correspondem a esses processos históricos. Assim, o presente item tem por objetivo evidenciar a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente já desenvolvido como resultado da dialética do desenvolvimento desigual e combinado no movimento da produção e reprodução do capital em nível mundial, a partir das relações comerciais assimétricas e desfavoráveis entre os países periféricos e centrais, que em função das demandas deste, realizam a exportação de bens primários e importam produtos manufaturados (MARINI, 2005, p 140)

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p. 141).

O que ocorre então é uma transferência de valor realizada pelos países periféricos aos países centrais, que de acordo com Marini (2005), é garantida através da superexploração da força de trabalho na periferia. De acordo com Souza (2020) sob a superexploração da força de trabalho “sob ela, forja-se estratégias de dominação correspondentes, perante as quais os processos violentos de definição dos despossuídos, nesse território, serão recriados e fortalecidos”

O continente latino-americano é o responsável por colocar em cheque, evidenciando cotidianamente o outro lado desse moderno modo de produção, que aqui expressa seu lado arcaico por meio do racismo, apropriação privada da terra, monoculturas, latifúndio, sexismo, superexploração da força de trabalho, violência e aprofundamento da dependência.

Segundo Jaime Osório (2019), essa transição se deu voltada para o atendimento dos interesses internacionais, comprometida com a acumulação do capitalismo mundial, o que estabelece relações restritas de soberania em relação aos centros imperialistas, implicando na subordinação das classes dominantes locais em referência às classes dominantes dos países centrais. O que, entretanto, não deve ser analisado como um problema, mas sim enquanto uma condição de existência para as classes dominantes locais.

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente - pelo menos em seus setores mais poderosos - de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação - e associação - aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. (OSÓRIO, 2019, p. 206)

Nesse sentido, ainda que tenha ocorrido a independência formal no Brasil a dependência econômica continuava se estruturando. Esse movimento contraditório não permite o alcance de uma soberania dentro da lógica do capital, mas sim a formação de um Estado dependente e subordinado aos interesses dos países europeus. Portanto, o caráter dependente do Estado é fruto de uma contradição histórica entre a modernização e permanência das estruturas arcaicas do modo de produção escravista colonial que conformam a formação sócio-histórica do Brasil. Essa constatação é essencial para compreender como o capitalismo dependente vai se conformar e definir a identidade e funções do Estado em terras brasileiras.

Na mesma linha, Osório (2019) sublinha o caráter violento e opressor com o qual o Estado no capitalismo dependente responde às demandas da classe trabalhadora, pois dada a ordem social pautada na superexploração da força de trabalho dos sujeitos, é necessário que o Estado possua mecanismos de coerção que garanta a reprodução do capital. No Brasil, se expressa no genocídio da população negra, no assassinato das lideranças sociais, na destruição dos direitos sociais, no crescente índice de militarização da segurança pública, no número exorbitante de pessoas negras que estão privadas de liberdade nos presídios no país, entre outros tantos exemplos. Assim, “se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente.” (OSÓRIO, 2019, p. 208).

A reprodução do capital no capitalismo dependente é sustentada pela superexploração da força de trabalho, desencadeando processos produtivos que não consideram as necessidades sociais da população, fazendo com que toda a produção se direcione para o exterior ou para poucas camadas da população que conformam os mercados internos locais. A reprodução do capital a partir da superexploração da força de trabalho gera “ilhas de riqueza no meio de um

mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego” (Osório, 2019, p. 209).

A superexploração da força de trabalho, é um mecanismo adotado nos países latino-americanos por meio da intensificação dos processos de extração de mais-valia nas suas formas relativas absolutas e combinadas, segundo análise de Marini (2005), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não no aumento da sua capacidade produtiva. Através da superexploração da força de trabalho, portanto, a América Latina desempenha uma funcionalidade dual: transforma as relações sociais no interior dos países centrais, haja vista que os produtos primários fornecidos pelos países periféricos permite manter determinado nível de salários aos trabalhadores daqueles países; compensando as perdas, próprias do intercâmbio desigual na relação com as economias centrais, a partir da superexploração da força de trabalho dos trabalhadores dos países periféricos.

Sendo a categoria da superexploração da força de trabalho uma característica fundamental para a manutenção da dependência, expressando a forma como o capitalismo se reproduz na periferia do sistema, ela vai ser caracterizada de quatro formas: a) aumento da intensidade do trabalho sem aumento da produtividade b) prolongação da jornada de trabalho; c) redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo do seu valor; d) apropriação do fundo de consumo do trabalhador e conversão em acumulação de capital.

A primeira dessas formas se expressa no aumento da intensidade do trabalho e que, aliada a precarização das suas condições, leva ao adoecimento e esgotamento psíquico e físico do trabalhador, como por exemplo as lesões por esforços repetitivos ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Segundo dados do Observatório Digital de Segurança do Trabalho, o Brasil chega a contabilizar uma morte por acidente de trabalho a cada 3 horas e 40 minutos, demonstrando assim a superexploração da força de trabalho por meio da intensidade do trabalho. Para Marini, “a exigência de mais-trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial’, que se apresenta por meio dos acidentes de trabalho. (MARINI, 2005, p. 229)

A segunda característica trata sobre o prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo necessário à reprodução da vida do próprio trabalhador. Diz respeito sobre o tempo de vida do trabalhador que é apropriado pelo capital e transformado em acumulação. Segundo Luce (2012), entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais acima de 44h, ultrapassando os limites considerados normais das jornadas

de trabalho (2012, p 177). Além disso, o autor pontua sobre o fato de que grande parte da classe trabalhadora brasileira possui mais de um emprego, no sentido de conquistar renda extra, sem que esse trabalho - na maioria das vezes informal - seja contabilizado pelas pesquisas de renda em geral (Luce, 2013). Além disso, é importante lembrar que mesmo que haja o pagamento da força de trabalho por horas extras trabalhadas, não há como remunerar o cansaço e esgotamento ocasionado ao trabalhador pelas horas além da jornada normal de trabalho. (LUCE, 2013)

Quanto a redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo do seu valor, destaca-se a forma como a força de trabalho produz e valoriza o valor no aspecto do desgaste da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se reproduz como substância do valor, portadora da capacidade de gerar novas riquezas. Ancorada na reflexão produzida por Luce (2018), cabe atentar para o fundo de consumo e o fundo de vida e como essas duas dimensões se articulam e contribuem para a precarização da vida do trabalhador num contexto de superexploração da força de trabalho.

Na compreensão de Luce (2012), o fundo de consumo e o fundo de vida expressam, de forma dialética, a relação e metamorfose sofrida pelo valor diário e valor total da força de trabalho. Na dinâmica capitalista das economias dependentes essa correlação se dá de maneira desigual, resultando na violação do valor da força de trabalho. Ou seja, o trabalhador vai sendo exigido cada vez mais em relação ao dispêndio de sua capacidade produtiva (seja física ou intelectual) e sua remuneração vai sendo apropriada pelo capitalista de modo a resultar na remuneração abaixo do seu valor real.

Ainda segundo Luce (2012) esse processo acaba por desencadear um desgaste da força de trabalho, provocando um esgotamento precoce, bem como restringindo as condições mínimas para sua reprodução via acesso aos bens e necessidades básicas para reposição da sua força de trabalho. O que está colocado é que a determinação do valor da força de trabalho, que é a reprodução da substância do valor, comporta-se de maneira diversa nas formações econômico-sociais dominantes e naquelas do capitalismo dependente. Estas diferenças são mais do que as oscilações sazonais do mercado gravitando em torno do valor. (LUCE, 2018, p. 160).

Por fim, no que diz respeito à apropriação do fundo de consumo do trabalhador e conversão em acumulação de capital cabe citar a relação estabelecida entre jornada de trabalho e salário (LUCE, 2018). Assim como a jornada de trabalho vai sendo acentuada ao longo do desenvolvimento capitalista, o salário vai sofrendo deteriorações que não acompanham as necessidades da reprodução da vida dos trabalhadores. Para Luce (2018) duas causas contribuem para a compreensão de como esse quadro é agravado nas economias dependentes. O primeiro diz respeito ao enorme contingente de trabalhadores que compõem o exército

industrial de reserva, que aqui no Brasil assume outras dimensões como já apresentado acima. Exemplos disso são os impactos causados na dinâmica produtiva dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal (rebaixamento de salários e instabilidade dos empregos) e a diminuição significativa da capacidade de articulação política dos trabalhadores.

Essas formas expressam a generalização da superexploração da força de trabalho no contexto do capitalismo dependente. No entanto, a análise pretendida da superexploração da força de trabalho deve ser feita no sentido de avançar teoricamente na busca de “elementos que possibilitem melhor apreensão da sua dialética no território concreto da luta de classes” (SOUZA, 2020, p. 146).

Assim, ao analisar a superexploração da força de trabalho no Brasil retoma-se a categoria da franja marginal, a qual se torna fundamental para a regulação da reprodução do capital no país, à medida que altera as condições dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, seja por meio do rebaixamento dos salários, de uma maior precarização do trabalho, aumento das jornadas, etc. Portanto, a superexploração da força de trabalho assume uma relação intrínseca à questão racial, pois a população negra e indígena, colocada historicamente a franja marginal do sistema, funciona como elemento fundamental para a superexploração da classe trabalhadora<sup>5</sup>. Como já citado, a escravização inscreveu marcas profundas na estrutura social brasileira. A negação da condição de humanidade e a criação da categoria “negro” para designar e justificar a coisificação dos então escravos significaram formas de dominação econômica e ideológicas que perpetuam até os dias atuais.

Como resultados tem-se o racismo como elemento estrutural das relações sociais no País colocando a população negra e não branca sempre no lugar da marginalização. Dessa forma, é possível apreender que “racismo e superexploração são gêmeos siameses, nascidos das entranhas do colonialismo e alimentados pela dinâmica da dependência” (SOUZA, 2020, p. 159).

Sendo assim, tendo por base a Teoria do Valor e toda a argumentação apresentada, posso afirmar, em síntese, que o rebaixamento do valor da força de trabalho da parcela negra e indígena da classe trabalhadora, determinado, também, pelo racismo, impacta

---

<sup>5</sup> De acordo com dados do IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua, 2021) os indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo nível de instrução e cor e raça, tem-se que da taxa de desocupados a população negra representa 16,5% enquanto a população branca 11,3 da taxa de desocupação. No que tange a faixa da formalização, os negros apresentam 56,6% e os brancos 67,3%. Sobre a taxa de subutilização o percentual da população branca é de 22,5% comparado a 33,4% da população negra. No último levantamento realizado pelo IBGE em 2019, em relação a desigualdade social por cor e raça, a população negra ocupava 29,9% dos cargos gerenciais comparado a pessoas brancas com 68,6%, dentre a distribuição de renda e condições de moradia, quem vivia com menos de 5,50 por dia era em maioria a população negra com 32,9% em relação a população branca 15,4%. Na representação política, entre os deputados federais eleitos 75,6% eram brancos/as e apenas 24% eram negros/as. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

na conformação da superexploração do conjunto da classe trabalhadora, rebaixando a média geral da remuneração de todos os trabalhadores/as sob a dinâmica da economia dependente. Ou seja, o racismo se apresenta como uma determinação social e histórica que complexifica as contradições da dinâmica de acumulação do capital nesse território. (SOUZA, 2020, p. 158).

Considerando os objetivos deste trabalho e com base no conjunto categorial exposto no presente capítulo, seguiremos nos capítulos seguintes para o diálogo com as obras de Carolina Maria de Jesus, com o intuito de dar mais concretude aos elementos expostos.

### 3. CAROLINA MARIA DE JESUS E O MUNDO

*Não digam que fui rebotalho,  
que vivi à margem da vida.  
Digam que eu procurava trabalho,  
mas fui sempre preterida.  
Digam ao povo brasileiro  
que meu sonho era ser escritora,  
mas eu não tinha dinheiro  
para pagar uma editora.*

*(Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus)*

Para analisar a obra de Carolina Maria de Jesus é importante resgatar aspectos de sua trajetória e do contexto em que ela viveu. Portanto, dedica-se uma parte do presente trabalho a apresentar, de forma breve, experiências que foram fundamentais para sua constituição e sua escrita. O capítulo tem como referência principal a biografia de Carolina Maria de Jesus escrita pelo seu biógrafo Tom Farias e publicada em 2017. Soma-se à biografia a própria obra de Carolina, a sua *escrevivência*<sup>6</sup>, a partir da qual pode-se extrair muitos elementos relevantes sobre a sua vida.

Bitita, assim chamada Carolina Maria de Jesus por sua família, era mineira e nasceu no dia 14 de março de 1914, no interior do triângulo mineiro, na cidade de Sacramento. Filha de uma empregada doméstica, Maria Carolina de Jesus e de um músico, o boêmio João Veloso. Nesses tempos, ainda imperava na recente república brasileira, uma estrutura econômica, política e social muito arcaica e próxima do antigo modo de produção escravista colonial, que se expressava nas desigualdades raciais e sociais e na concentração fundiária e de riquezas. (FARIAS, 2017)

Sacramento era uma cidade mineira marcada pela mineração e o trabalho escravo durante o escravismo colonial, o que atraiu diversos bandeirantes para realizar expedições pelos interiores mineiros. Assim, dada a dimensão que a escravidão assumia para a região, a luta dos escravizados contra o regime da escravidão era ação notada, seja nos quilombos<sup>7</sup>, guerrilhas,

---

<sup>6</sup> Termo criado por Conceição Evaristo, o qual expressa o sentido da escrita das mulheres negras não mais como o da Mãe Preta que contava histórias para os filhos dos senhores do engenho dormir, mas sim para denunciar a realidade, incomodar e acordar os filhos dos senhores de engenho atuais.

<sup>7</sup> Tem-se registros de que em 1746 existiu o Quilombo de Campo Grande, em Minas Gerais. Era o maior em número e importância entre os quilombos de Minas Gerais. Segundo Moura (2020) chegando a mais de 20 mil quilombolas. Foram realizadas tentativas de expedições comandadas pelos capitães da região a fim de

motins, guerras, etc. Portanto, era também uma região marcada pela expedição bandeirante no sentido de perseguição aos escravizados que fugiam ou se aquilombavam. Já com o fim da escravidão em 1888, nas primeiras décadas do século XX, a cidade ainda se dinamiza em torno de relações arcaicas, com novas roupagens, a situação da população negra em Sacramento ainda era bastante miserável. Assim, Maria Carolina casou-se cedo e teve que sustentar sua família sozinha pois seu primeiro marido a deixou com um filho e o segundo, pai de Carolina, também a abandonou grávida da menina Carolina. Cota trabalhou muito para conseguir criar as duas crianças e também possuía uma família grande, na qual tem como personagem principal o seu pai, avô de Carolina Maria de Jesus, Benedicto José da Silva conhecido como “Sócrates Africano” com quem Carolina tinha grande afeição e admiração.

Bitita era criança curiosa desde sempre, diz que nasceu com olhos grandes, atenta sobre o mundo ao seu redor, um prenúncio de sua personalidade ao longo da vida. Ela mesmo descreve-se como uma criança cheia de dúvidas, às vezes tantas que irritavam sua mãe. Quando Carolina passa a frequentar a escola, o que dura apenas dois anos, o gosto pela leitura e a escrita começam a fazer parte de sua vida. Fato interessante a pontuar, revelado por Farias (2017), é a tristeza de Carolina ao se dar conta de que na casa de sua família não havia livros, pois ninguém sabia ler, e ao solicitar um livro a sua vizinha, tamanha foi sua felicidade ao receber emprestado o livro “Escrava Isaura”, do autor Bernardo Guimarães. Para Tom Farias (2017), a escrita de Carolina se assemelha ao tom de escrita de Bernardo Guimarães, narrativo e realista. Portanto, na figura a seguir ilustra-se o diário de Carolina no qual ela escreve sobre sua experiência nos tempos de escola.

---

acabar com o Quilombo. Contudo, não conseguiram destruir o Quilombo, até que em 1759 um bandeirante chamado Bartolomeu Bueno do Prado aniquilou com o Quilombo de Campo Grande. (MOURA, 2020, p. 170)



Figura 1 - "Prólogo" do caderno Um Brasil para os brasileiros, publicado postumamente no livro Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, escrito por Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy (Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1994).

Prólogo

1 Nesta primeira obra poética que apresento, desejo relatar aos ilustres leitores como pai que percebi minhas aptidões para a poesia. Quando completei sete anos, a minha saudosa mãe enviou-me a escola. "O Colégio Stan Kardec. Na minha terra natal, a cidade de Sacramento, no Estado de Minas Gerais - fui a escola com a curiosidade tão própria da infância. Para averiguar o que era escola e qual a sua utilidade na nossa vida. Quem insistiu com a minha mãe para enviar-me a escola, foi a utilitaríssima D. Maria Sente. Ela, era branca. Eu pensava: é por causa de sua pele tão branca que ela se chama D. Maria Sente? Mas, ela, era tão carinhosa, que deveria chamar D. Maria Santa.

Fonte: Arquivo Carolina Maria de Jesus / Acervo IMS

Carolina precisou deixar a escola quando sua família mudou-se para trabalhar nas fazendas. Sobre esse fato ela lembra-se de ficar muito chateada ao ter que deixar esse ambiente de aprendizado e socialização. Contudo, a poetisa negra passa a gostar de sua vida no campo, da relação com o plantio de alimentos e a abundância de comidas em comparação com sua vida em Sacramento. No entanto, a família precisou migrar novamente quando foi mandada embora pelos donos das terras. Depois disso, a vida de Carolina e de sua mãe é marcada por andanças em busca de trabalho, até que chegam na cidade de Franca, localizada no interior de São Paulo. Os trabalhos que exerciam eram sempre de empregada doméstica, sem vínculo empregatício e sofrendo com os abusos dos patrões.

Em 1937, após o falecimento de sua mãe, Carolina, aos 22 anos, mudou-se para a cidade de São Paulo, a qual tinha fama de ser um lugar que representava o centro do desenvolvimento brasileiro, onde haveria de ter moradia e oportunidades de trabalho. Mas, ao chegar na cidade, ela percebe que a realidade é muito diferente, pois nas décadas de 30 e 40 São Paulo já era uma cidade com um imenso contingente populacional devido aos fluxos imigratórios e migratórios, onde as desigualdades tomavam o palco. Em um contexto de crise econômica mundial, com consequências que afetaram a economia brasileira. Assim, para Farias:

Com isso São Paulo perdeu riquezas e investimentos, elevando os custos dos gêneros alimentícios, dos estuários, dos aluguéis das casas, acarretando a bancarrota de muitos empresários e comerciantes. Esta crise que atingiu a paulicéia refletiu-se com a mesma força no âmbito da população paulistana, com forte reflexo no interior, abalando, sobretudo, os alicerces das fazendas de produção de café. Desde as crises financeiras que abalaram as grandes corporações, com impacto no mundo inteiro - dirimindo centenárias fazendas, em especial no interior - o que acarretou em uma migração maior da gente rural para o centro, caso da Carolina Maria, e culminaria na concentração de uma mão de obra sem nenhum preparo para encarar os desafios da indústria calçadista e têxtil. Neste particular, a capital do Estado, por exemplo, sofre com o aumento da densidade populacional, mas sem estrutura para absorvê-la. A consequência de tudo isso foi a proliferação dos abrigos noturnos, dos cortiços e da favelização desenfreada, surgida, de fato e de direito, no final da década de 1940, início dos anos de 1950. (FARIAS, 2017, p. 114)

Carolina vai para São Paulo determinada a realizar seu sonho, ser uma poetisa preta. Como apresenta Farias (2017), desde a sua chegada na cidade paulistana, ela ia de jornal em jornal mostrando suas poesias para os jornalistas, os quais chegaram a publicar algumas delas, mas sempre considerando-a como uma personagem "exótica" carregada de tom pejorativo, como a catadora favelada que, surpreendentemente, escrevia. Carolina Maria de Jesus não era uma catadora que escrevia, era uma escritora que não tinha condições objetivas de se realizar como tal. Sua obra envolvia poesias, diários, contos, etc. É a sua própria vida que dá sentido às suas obras artísticas e literárias, Carolina possui gramática própria.

Contudo, não foi nada fácil a sua vida na cidade grande, pois não conseguia manter-se em nenhum emprego, não possuía dinheiro algum para pagar aluguel, não tinha conhecidos na cidade e sua experiência como doméstica não estava mais bastando numa cidade com tantos trabalhadores disponíveis e com mais qualificação. Em um contexto de urbanização em que São Paulo passava por um aumento no contingente populacional e que não havia moradias suficientes, o valor para pagar por uma habitação era altíssimo. Carolina vive em situação de extrema precariedade, tendo que morar em albergues, ocupações e até na rua. (FARIAS, 2017)

Carolina, a partir de sua obra, evidencia o outro lado do progresso no Brasil, o qual durante a década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), pretendia desenvolver o país a partir de uma modernização ampla. O resultado dessa modernização foi colocado em xeque por Carolina quando narrou a vida e o dia-a-dia dos "ninguéns", que viveram as consequências da modernização conservadora e excludente que ocorria no Brasil, sendo jogados à margem desse País que era, supostamente, o símbolo do futuro. Assim, tempos depois, após tantos despejos, Carolina vai morar na favela do Canindé<sup>8</sup>, recentemente criada e que ficava localizada às margens do rio Tietê. Sozinha constrói sua casa, carregando tábuas de madeira por cerca de 10 quilômetros diariamente. Segundo Tom Farias (2017):

No contexto em que Carolina se insere com o seu livro “Quarto de despejo”, a população paulistana, já tinha alcançado a cifra de 3.781.446 habitantes, ou seja, duas vezes mais do que quando ela chegou à cidade. Obviamente, toda essa população não conseguiu espaço na “pequena área urbana”, tampouco trabalhos decentes. Os despejos são muitos. Tanto que em 1960, São Paulo passa a ter por volta de 50 favelas, número infinitamente maior do que há vinte anos antes. (FARIAS, 2017, p. 242)

---

<sup>8</sup> Conhecida como uma das maiores e mais conhecidas favelas da cidade de São Paulo, atualmente extinta.

Figura 2- Carolina Maria de Jesus às margens do Rio Tietê na favela do Canindé



Foto: Audálio Dantas, 1960.

Carolina que se encontrava sem emprego e com três filhos para criar e alimentar sozinha<sup>9</sup>, começa a catar papel e o que mais encontrava nas ruas de São Paulo para conseguir sobreviver. Contudo, a escrita nunca deixou de fazer parte de sua vida, pois os papéis catados por ela, além de reciclados, eram utilizados para escrever seus diários, nos quais contava sobre seu dia-a-dia na favela e as histórias dos favelados. Como ela escreveu no dia 10 de julho de 1958: *“Aqui nesta favela a gente ve coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo.”* (JESUS, 2014b, p. 91)

Uma dimensão central na vida de Carolina é a maternidade. Seus filhos, João José (1949-1977), José Carlos (1950-2016) e Vera Eunice (1953) estão presentes em quase todas

---

<sup>9</sup> O abandono parental era uma constante na vida de Carolina. Como evidenciado no livro *o Quarto de despejo*: “10 de agosto... Dia do Papai. Um dia sem graça” (JESUS, 2014 q.d, p. 108 ). Das suas três gestações, os pais das crianças abandonaram-as ao saber da gestação. Carolina teve que cuidar dos seus filhos sozinha, tal como havia sido a história de sua mãe Cota, que teve que cuidar de seus dois filhos sem ajuda nenhuma dos pais.

suas anotações dos seus diários, pois a maternidade para Carolina representava um espaço de afeto, zelo e principalmente de luta por melhores condições de vida para seus filhos. Quando fala: “7 de janeiro de 1958 *“Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. Os meus filhos nunca comeu bacalhau. Eles pedem: – Compra, mamãe! Mas comprar como a 180 o quilo. Espero, se Deus ajudar-me, antes de morrer hei de comprar bacalhau para eles.”* (JESUS, 2014b, p. 151).

Figura 3 – Carolina e seus filhos.



Fonte: Carolina Maria de Jesus. 1962. Foto de Rubens. Coleção Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Jornal Última hora, São Paulo. FolhaPress. Acervo Instituto Moreira Salles.<sup>10</sup>

Certo dia o jornalista Audálio Dantas, do Folha da Noite, foi à favela do Canindé realizar uma reportagem sobre o mau uso de balanços e encontrou Carolina protestando contra homens

<sup>10</sup> Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/> Acesso em: 23 out 2022

adultos que tomaram os balanços das crianças, gritando que colocaria todos no seu livro. Audálio questiona-a sobre seu livro e Carolina o apresenta seus mais de 30 cadernos<sup>11</sup>. Ao ver os escritos, Audálio prometeu que os transformaria em livro. No dia 9 de maio de 1958 ao voltar para o jornal Folha da Noite, publicou uma matéria sobre Carolina intitulada “O drama da favela escrito por uma favelada”.

Figura 4 - “O drama da favela escrito por uma favelada”. Folha da Noite, 9 de maio de 1958, págs. 1 e 9. Acervo digital da Folha de São Paulo.



Fonte: Acervo digital da Folha de São Paulo.

Em agosto de 1960, “Quarto de Despejo” foi publicado e teve imensa repercussão nacional e, posteriormente, internacional. Uma semana após a publicação no Brasil chegou a vender mais de 10 mil cópias, permanecendo por meses como o livro mais vendido do Brasil. Carolina passou então a ser convidada para entrevistas em rádios, televisões e inúmeras sessões de autógrafos pelo Brasil.

<sup>11</sup> Há algo interessante nessa história, segundo Farias (2017) é que Carolina confessa em 1976 ter propositalmente chamado a reportagem para o Canindé em busca de ter a oportunidade de mostrar seu livro. Ou seja, Carolina não foi “descoberta” como costumam dizer.

Outra dimensão importante da vida de Carolina foi a sua relação com os movimentos negros e lideranças negras da cidade de São Paulo. Segundo Farias (2017), a escritora, após a publicação do “Quarto de despejo”, aproximou-se de nomes como Fernando Góes, Solano Trindade, José Correia Leite,<sup>12</sup> etc. Carolina também foi convidada a participar de uma comemoração do dia da mãe preta, onde os participantes do Teatro Experimental do Negro<sup>13</sup> cantaram um samba do livro de Carolina. No dia do lançamento do “Quarto de Despejo” alguns escritores compareceram, entre eles Clóvis Moura, grande intelectual e liderança do movimento negro no Brasil (FARIAS, 2017), o qual também referência teórica para o presente trabalho.

---

<sup>12</sup> Tom Farias fala em seu livro sobre um almoço de aniversário de comemoração de 60 anos de José Correia Leite, no qual Carolina foi convidada. Assim: “Ao mesmo tempo em que festejava seu aniversário, Correia Leite homenageava Carolina Maria de Jesus, pela ousadia e pela sua coragem, ao denunciar, através do seu livro revelador, ou revolucionário, como profetizou Paulo Dantas, a condição dos favelados, dos pobres e dos negros. Lideranças e intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro estavam presentes. Entre os participantes, além dos familiares do anfitrião, Luiz Lobato, Joaquim Valentim, Paulo Irineo, a atriz Jacira Sampaio, José Peregrine, José Assis Barbosa e o professor Sebastião Rodrigues Alvez, que representou, em sua fala, a militância do então estado da Guanabara. Muitos discursos foram proferidos. O popular Delegado, um negro com larga atuação nos movimentos negros paulistanos, disse, referindo-se a Carolina, que ‘havia de sair do lixo e dos monturos quem ia libertar os homens de cor’ do Brasil.” (FARIAS, 2017, p. 243-244)

<sup>13</sup> O Teatro Experimental do Negro foi idealizado por Abdias Nascimento, tendo surgido em 1944 no Rio de Janeiro. O TEN tinha como objetivo ser um instrumento artístico teatral que promovesse o protagonismo negro, portanto, os atores eram trabalhadores, empregados domésticos, favelados sem profissão fixa, funcionários públicos, etc. O grupo tinha uma perspectiva político-discursiva pautada no movimento da Negritude, o qual influenciou a luta pela libertação dos países africanos. Além disso, o TEN tinha como objetivo central a melhoria da qualidade de vida do povo negro e isso implicava em uma relação direta com a implicação política dos artistas na vida social brasileira. Assim, o grupo articulou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, organizou a Convenção Nacional do Negro apresentado na constituinte de 1946 e realizaram o 1º Congresso do Negro Brasileiro. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016)

Figura 5 - Carolina Maria de Jesus na Associação Cultural do Negro - Última Hora, 1960.



Fonte: Autoria não identificada. Fotografia analógica impressa em formato digital. Coleção Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Jornal Última Hora, São Paulo. ©FolhaPress. Imagem retirada da exposição “Um Brasil para os brasileiros” do Instituto Moreira Salles.<sup>14</sup>

Carolina também teve uma relação profunda com a cultura popular brasileira, produzia músicas, peças de teatro, roupas para o carnaval - ela mesma quem fazia suas fantasias com penas e bordadas de lantejoulas para usar no carnaval, sempre trazendo diversos elementos da cultura brasileira em suas criações. Dentre as inúmeras entrevistas que realizou, destaca-se uma realizada pela escritora Zélia Gattai, esposa de Jorge Amado (amigo e admirador de Carolina), na qual as duas conversam principalmente sobre o lado artístico de Carolina, que no decorrer da entrevista está alegre, dança e canta seus próprios sambas; fala da peça que representava a sua trajetória que estava em cartaz no teatro, ao qual ia todas as noites assistir e tomar notas de

<sup>14</sup> Exposição “Um Brasil para os brasileiros” Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>. Acesso em: 27. Out. 2022.



sua própria peça<sup>15</sup>. Zélia Gattai assim escreve: “Emoção forte tivemos nós, nesse domingo frio de São Paulo, diante dessa mulher inteligente e humana, surpreendente na sua simplicidade”

Figura 6 - Ruth de Souza e Carolina Maria de Jesus na Favela do Canindé. São Paulo, 1961.



Fonte: Fotografia não identificado. Coleção Ruth de Souza. Acervo Instituto Moreira Salles.

---

<sup>15</sup> A peça chamada “Quarto de Despejo” foi uma adaptação do livro escrita pela escritora Edy Lima, com direção de Almir Haddad e contou com a brilhante atriz Ruth de Souza que interpretou Carolina Maria de Jesus. (BEZERRA; MENEZES; KLEMENZ, 2014). Disponível em: <<https://blogdoims.com.br/quarto-de-despejo-a-peca-por-elvia-bezerra-julia-menezes-e-laura-klemz/>>. Acesso: 08 de set. 2022

Figura 7 - Capa do disco Quarto de despejo, 1961, Carolina Maria de Jesus.



Fonte: (Crédito: Coleção José Ramos Tinhorão. Acervo Instituto Moreira Salles)

Figura 8 - Carolina Maria de Jesus. 23 de fevereiro de 1963.



Fonte: Foto de Sidney. Coleção Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Jornal Última hora, São Paulo, ©FolhaPress. (Acervo Instituto Moreira Salles.)<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Um Brasil insubmisso. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://ims.com.br/2021/08/18/icone-de-um-brasil-insubmisso/>>. Acesso em 25 out. 2022

A relação de Carolina com a cultura popular é reverenciada de diversas formas, como em homenagens nas passarelas de carnaval por meio das escolas sambas. Em 2017, a escola de samba Renascer de Jacarepaguá fez seu homenagem a história de vida de Carolina Maria de Jesus, por meio do samba enredo o papel e o mar, composto por Diego Nicolau, Cláudio Russo e Moacyr Luz (2017). Já em 2019, Carolina foi homenageada pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira com o samba enredo "História pra Ninar Gente Grande", composto por Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Danilo Firmino (2019)

Figura 9 - Homenagem a Carolina Maria de Jesus. Desfile da escola de samba Renascer de Jacarepaguá.



Fonte: Abre-alas Renascer 2017. Créditos na imagem

Figura 10 - Desfile da Escola de samba Estação Primeira de Mangueira



Fonte: Antonio Scorza / Agência O Globo.<sup>17</sup>

Em seu livro “Casa de Alvenaria”, publicado em 1961, escrito após o sucesso de “Quarto de Despejo”, Carolina conta sobre sua vida, agora como moradora de uma casa de Alvenaria. Nesta obra, seu olhar crítico é lançado para os moradores da sala de visitas, os ricos. Carolina realizou seu sonho de ser escritora e residir em uma casa com seus filhos, contudo, o sucesso do livro Quarto de Despejo foi tanto, que não conseguia usufruir do descanso que seu trabalho finalmente poderia proporcionar. Era convidada a participar a todo momento de inúmeros eventos sociais, jantares, reuniões, sessões de autógrafos, viagens, etc. com a elite, famosos e políticos. Ela vai escrever sobre a vida na sala de visitas: *“Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita. Uma sala que estou procurando um lugar para sentar”* (JESUS, 2021, p. 94). Agora a escritora era tida como uma figura mercadológica para muitas pessoas que se aproveitavam de seu sucesso. Por conta da vida corrida, vivia cansada e não conseguia mais escrever e nem ler.

Carolina escrevia muito mais que diários, ela escrevia crônicas, poesias, peças teatrais, romances, músicas, etc. e possuía o desejo de publicar esses outros escritos. Contudo, de acordo com Evaristo Jesus (2021). Audálio Dantas era quem acompanhava Carolina e controlava sua produção dando enfoque para os diários, pois para ele, era o que no mercado editorial traria mais lucro. Além disso, Audálio também boicotou a elaboração mais crítica de Carolina em suas obras, pois considerava que o posicionamento de Carolina sobre política prejudicaria a venda de seus livros. Sobre isso a autora escreve: *“Levantei as 6 horas. Não estou tranquila com a ideia de que devo escrever o meu Diário da vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me. Eles querem ser ricos. Ha os que pedem dinheiro, e suplicam para não menciona-los. Tem uma senhora que quer dinheiro para comprar uma casa, eu não tenho, ela ficou de mal comigo. Ela olhava a Vera para eu viajar, ela quer 500.000. Estes dias eu não estou escrevendo, estou pensando, pensando, pensando. Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada, Escrevendo contra a burguesia podem enviar-me um tiro. Mas o Audálio diz que devo escrever Diário, seja feita a vontade do Audálio.”* (JESUS, 2021, p. 144)

Contudo, segundo Farias (2017) Carolina não se sente plenamente satisfeita a vida na sala de visita cheia de compromissos, vive cansada, já não tendo disponibilidade para conseguir

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/mangueira-leva-estandarte-de-ouro-de-melhor-escola-do-grupo-especial-23500224>> Acesso em: 20/10/22

ficar mais tempo ao lado de seus filhos. Soma-se a isso a pressão por escrever que era demandada principalmente depois do enorme sucesso que obtivera com o primeiro livro e com o insucesso do segundo. Assim, nos anos seguintes da publicação de *Casa de Alvenaria*, no decorrer da década de 1960, já no contexto da ditadura militar brasileira, Carolina cai no esquecimento e suas obras já não são mais tão vendidas como as primeiras. Entretanto, no exterior ainda estaria fazendo sucesso e lançando novas edições de seus livros. Assim, Carolina passa por dificuldades financeiras pois não tem mais dinheiro com a venda de seus livros, volta para a miséria e a catar papéis novamente. Decide então atender seu antigo desejo de viver perto da terra e produzir seu sustento e com algum dinheiro que possuía, muda-se para um sítio em Parelheiros, São Paulo, junto aos filhos, onde permanecerá até o final da sua vida.

A obra de Carolina foi, por muito tempo, esquecida pelo público brasileiro, contudo, muito desse esquecimento que se perpetua é consequência do racismo e do memoricídio na produção literária brasileira. Pois a própria Carolina na sua obra *Casa de Alvenaria* pontuava que escritores e artistas que antes a reconheciam, no auge da fama, enquanto escritora, a ignoraram posteriormente. e vem sendo retomada agora principalmente pelos movimentos sociais, em particular o movimento negro e o movimento feminista que reivindicam a importância do reconhecimento de Carolina Maria de Jesus enquanto escritora ímpar da literatura brasileira.

Nesse sentido, reivindicar a obra de Carolina Maria de Jesus e sua grandiosidade enquanto escritora da literatura brasileira é além de fazer memória, reconhecer como sua obra possibilita a interpretação de expressões viscerais da dialética da dependência (MARINI, 2005) no Brasil, a partir de sua escrita que revela o que há de mais substancial na superexploração da força de trabalho no Brasil.

### 3.1 CAROLINA MARIA DE JESUS NUNCA TEVE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

O presente capítulo traz a sistematização da identificação e análise, na obra de Carolina Maria de Jesus, das expressões da dinâmica da superexploração da força de trabalho no Brasil. Estabelece-se, assim, o diálogo entre autores e categorias teóricas apresentados no capítulo I e a obra de Carolina. Tomou-se como referência principal dois livros da autora: “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*” e “*Diário de Bitita*”. A escolha das obras deve-se ao fato de que Carolina é, ao mesmo tempo, escritora e personagem principal das mesmas, nas quais narra sua história de vida cotidiana em diferentes momentos, ao mesmo tempo em traz muitos aspectos que revelam a história do Brasil, desde o lugar de quem vivencia sempre à margem. Portanto, a obra de Carolina permite dar luz às categorias desenvolvidas ao longo do trabalho, pois além de falar sobre seu cotidiano a escritora denuncia a desigualdade, o preconceito de cor, a miséria, o sexismo, a violência, a desumanização das relações sociais. A obra de Carolina revela a totalidade dialética da superexploração da força de trabalho.

O primeiro livro “*Diário de Bitita*”, é uma autobiografia de Carolina e que foi publicado inicialmente na França, em 1982 sob o nome de “*Journal de Bitita*” já após a morte de Carolina, sendo publicado no Brasil quatro anos depois da edição francesa com o nome Diário de Bitita. Nessa obra Carolina narra sua história de infância, juventude e início da vida adulta, a partir de uma escrita sensível e real, contando das agruras da vida desde uma perspectiva da Carolina criança - inquieta, curiosa e contestadora - que desde pequena já se incomodava com a pobreza e as desigualdades do País, o que se aprofunda ao longo da juventude e vida adulta. O segundo livro escolhido “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*” é também um livro autobiográfico de Carolina, publicado pela primeira vez em 1960, no qual a autora narra seu cotidiano na favela do Canindé em São Paulo, onde os dias se passam de forma equivalente: Carolina acorda cedo, vai buscar água junto às outras tantas moradoras da favela, faz o café com o que tiver no dia para comer, acorda os filhos e sai para a cidade para trabalhar, anda o dia inteiro em busca de conseguir catar papel para vender, para assim conseguir dinheiro para comprar comida e alimentar sua família, o que às vezes não consegue. Seus dias, mesmo que parecidos, são embalados por sua dedicação quase aficionada à escrita. É a escrita, em cadernos velhos ou pedaços de papel a sua mola propulsora, ao mesmo tempo sua conexão consigo mesma e o escape da vida sofrida. Pela escrita ela reflete sobre seu sentimento de viver num mundo caduco,

transformando o papel, o mesmo que garantia o sustento de sua família, em instrumento de denúncia.

Desse modo, a obra de Carolina permite dar evidência a todas as categorias bases do trabalho apresentadas anteriormente no capítulo I, a partir da escrita de sua história. Importante pontuar que os trechos não estão em formato de citação direta pois optei por apresentar seus escritos de forma a dar movimento ao texto na relação com as categorias escolhidas para o trabalho. Contudo, todos os trechos encontram-se referenciados e em destaque itálico.

Assim, trazendo a mediação com a categoria do racismo, e suas dimensões, pode-se observar no seguinte trecho da obra de Carolina a relação com o que foi apresentado por Clóvis Moura (2021): *“Um dia perguntei a minha mãe: - Mamãe, eu sou gente ou bicho? – Você é gente, minha filha! – O que é ser gente?”* (JESUS, 2014a, p.15). Essa citação representa a desumanização e a reificação da imagem do negro na sociedade brasileira (MOURA, 2021). Importa demarcar, que Carolina descreve suas memórias de infância, apresentando ao leitor a perspectiva das vivências e reflexões de uma criança que sentida e tecia reflexões acerca da realidade concreta, a qual era diferente das crianças brancas, a medida em que o racismo enquanto mecanismo ideológico de dominação e um conjunto de práticas concretas (MOURA, 1983;GONZALEZ, 2020), faz com que crianças negras tenham que, desde cedo, vivenciar situações de preconceito racial, de subordinação e desumanização. Cujas realidades sociais às colocam em situações de risco, trabalho infantil como cuidadoras, domésticas, pedintes, sendo até mesmo alvo de exploração sexual, etc. Diante do racismo e das desigualdades sociais não podem ter o direito à uma infância segura como previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (EURICO, 2020, p. 76).

Em outra passagem Carolina fala: *“Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição? Qual era o mal que os negros haviam feito aos portugueses? Por que é que eles nos odiavam, se os negros eram pobres e não podiam competir com eles em nada? Aquelas críticas eram complexos na mente do negro”* (JESUS, 2014a, p. 47). Essa citação evidencia o racismo enquanto desdobramento da ideologia do colonizador, o qual é introjetado na sociedade capitalista dependente, a partir da divisão social e racial do trabalho, a medida em que o negro deveria ser aceito socialmente de forma pacífica como inferior, ao mesmo tempo em que era colocado em igualdade ao branco para exercer as funções que eram tidas como “inferiores” para os brancos. (MOURA, 1995).

Noutro trecho identifica-se a manifestação, no cotidiano de Carolina, do mito da democracia racial, assim chamado, pois ao assumir que há uma democracia racial no Brasil, coloca-se para o negro e para os não brancos, que só sofre desigualdade social e não ascende socialmente no país quem não quer. Visto que de acordo com essa falácia, não há desigualdade racial no Brasil por ser o país que mais democratizou as relações sociais. Contudo, Silvio Almeida (2019) destaca: “(...) é fundamental que se entenda que a democracia racial não se refere apenas a questões de ordem moral. Trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial adaptadas a circunstâncias históricas específicas” (ALMEIDA, 2019, p. 179) pois quando ela fala: “*A minha madrinha de batismo é quem me defendia. Ela era branca. Quando comprava um vestido para ela, comprava outro para mim. Penteava meus cabelos e beijava-me. Eu pensava que era importante porque a minha madrinha era branca*” (JESUS, 2014a, p. 17). Nesse sentido, a ideologia racista, enquanto desdobramento da ideologia do colonizador, é articulada por meio de um mecanismo de apassivamento da consciência étnica da população negra, através de uma política ideológica baseada em uma “democracia racial”, fazendo com que o modelo de ser humano a ser atingido fosse o branco.

Ao dar continuidade no diálogo entre Carolina Maria de Jesus e Clóvis Moura, apresenta-se outra dimensão do racismo: a criminalização da população negra no Brasil, na qual o negro é colocado no lugar de *mau cidadão*<sup>18</sup>. Mas, colocado nesse lugar, de que forma? Como explicitado no capítulo I, no período de transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente, diversas foram as barragens sociais elaboradas para os/as negros/as não comporem o novo mercado de trabalho livre no País, sendo eles empurrados para as margens do novo modo de produção, sendo força de trabalho sobrando para muito além das demandas de um exército industrial de reservas (SOUZA, 2022). Tal processo levou os trabalhadores escravizados, recém saídos das senzalas e sem perspectivas de integração no novo modo de

---

<sup>18</sup> De acordo com Clóvis Moura, o mau cidadão é assim classificado porque: “Para a sociedade branca eles não tem mais aquele comportamento rotineiro que - segundo o seu pensamento - deveriam ter eternamente; aquele comportamento tradicional de subalternidade que a classe senhorial simbolizava na Mãe Preta e no Pai João. Essa camada negra que surge e toma consciência dos problemas suscitados pela ‘situação racial’ do Brasil, passa a ser encarada como ‘mal comportada’, ‘ousada’, que ‘não sabe ficar no seu lugar’, que ‘se julga branca’ ou deseja aquilo a que não tem direito. Devido não ser mais a serviçal de antigamente é tida como composta de negros que ‘quando não sujam na entrada, sujam na saída’. Todas as representações contra o negro se descarregam nessa camada que não mais aceita a hipocrisia de nossa ‘democracia racial’ e exige o seu lugar como cidadão na atual sociedade.” (MOURA, 2021, p. 60)



produção capitalista dependente, a incorporarem-se a uma economia de miséria, sendo empurrados pelas próprias barreiras do Estado dependente à criminalidade. Para Moura (2021):

Esse exército de reserva, apesar do grande índice de mortalidade entre os seus membros, em consequência da situação subumana que vivia após a Abolição, mortalidade, por seu turno, que atuava como fator de equilíbrio demográfico e de tranquilidade social, foi constituído, conforme vimos antes, por esses ex-escravos desocupados ou parcialmente ocupados. Como ele foi aproveitado? Não o foi. Isto explica a anomia em que as massas marginalizadas caíram, e, em decorrência disto, o índice de criminalidade, suicídio, e desorganização familiar que existe em seu seio.

Todo este conjunto de fatos e problemas levou o ex-escravo desesperado pela falta de trabalho a cair na faixa da criminalidade, da baixa prostituição, do alcoolismo e da mendicância (MOURA, 2021, p. 57)

*“O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. O único lugar seguro para eu guardar os fatos era dentro da minha cabeça. Minha cabeça é um cofre. Minha mentalidade aclarou-se, muito mesmo.”* (JESUS, 2014a, p. 116). Nesse ponto, recorre-se ao autor Silvio Almeida, em seu livro “Racismo Estrutural” (2018) para explicitar como o racismo é condição estrutural do capitalismo dependente brasileiro, o qual se expressa em diferentes âmbitos, sendo eles o institucional. Assim, Almeida (2019) apresenta que o racismo é um componente orgânico da ordem social vigente, e portanto, considerando as instituições como a materialização dessa ordem, elas são racistas. Entretanto, não são por conta de uma patologia social ou por apresentarem uma anormalidade institucional, são porque o racismo é estrutural e atravessa todas as instituições da sociedade capitalista.

Nesse sentido, é importante analisar desde a perspectiva da luta de classes, como o Estado brasileiro historicamente controla sujeitos marginalizados no País. De acordo com Osório (2019), o Estado tem na violência e coerção seu principal instrumento de mediação nas relações sociais. Para Souza e Teles (2021): “Nisso a criminalização, o controle e a repressão da maioria negra e indígena dos brasileiros, com a naturalização das vidas, que devem ser preservadas, e das que podem ser eliminadas conformam a base da atuação das instituições do Estado” (2021, p. 55)

A violência estatal é evidenciada por Carolina também no seguinte trecho: *“Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto”* (JESUS, 2014a, p. 55). Trazendo para a realidade

contemporânea, décadas depois da vivência relatada pela autora, percebe-se não apenas a continuidade, como o aprofundamento da situação. Os dados exorbitantes do encarceramento em massa no Brasil, atingem quase um milhão de presos, sendo a população negra quase a mais expressiva dentre os encarcerados nos presídios brasileiros. De acordo com o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022) existem 820 mil pessoas privadas de liberdade e dessas, 429,2 mil pessoas são negras, sendo essas em sua maioria jovens entre 18 e 24 anos, representando 67,5% do total dos presos em comparação aos 29% brancos. Ou seja, a maior parcela em privação de liberdade do Brasil é a juventude negra, a qual está à margem desse sistema e que ocupa a franja marginal. Além disso, o 16º Anuário revela que o Brasil representa 2,7% dos habitantes do planeta e tem a taxa de 20,4 de homicídios do mundo, sendo a população negra 78% desse total no Brasil, já no caso das mortes pela polícia, a população negra representa 84% das vítimas no país. Assim, como evidencia Souza (2022):

A hierarquização racial legitima a violência como prática política continuada, faz parte da racionalidade e do funcionamento normal da vida cotidiana, organizada e perpetrada pelo Estado e por suas instituições. Neste ínterim, o Estado é a instância necessária para manter o ordenamento social apropriado à acumulação do capital, ou seja, capaz de assegurar a superexploração (OSÓRIO, 2014). Por conseguinte, não hesitaria em afirmar que o exame histórico da relação entre o racismo e a fragmentação da classe trabalhadora é um pressuposto à própria elaboração política dos mecanismos de tomada de consciência e de constituição da classe para si; devendo ser, principalmente, um avanço da classe trabalhadora contra às amarras que a subordina à superexploração capitalista (SOUZA, 2022, p. 43)

Entender a dinâmica concreta da superexploração da força de trabalho, exige considerar a realidade concreta da classe trabalhadora nas suas múltiplas determinações, dentre as quais a divisão social, sexual e racial do trabalho são fundamentais (SOUZA, 2022). Carolina evidencia em todas as obras escolhidas, de forma direta e indireta, o sexismo, bem como a hipersexualização sofrida pela mulher negra, por exemplo: *“Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira e outros porqueiras que vieram além-mar”* (JESUS, 2014a, p. 38). Assim, em diálogo com Lélia Gonzalez, no que tange a análise sobre a mulher negra na sociedade brasileira, é prática comum, segundo a autora, que famílias brancas contratem jovens negras para o serviço doméstico, mas para que cumpram essencialmente a função de iniciar a vida sexual dos seus filhos. Além disso, Gonzalez apresenta como, sob a condição de doméstica, a mulher negra passa por processos de internalização da

subordinação de “inferioridade” e da diferença. Essas práticas são resultado do papel violento a que a mulher negra foi submetida no escravismo colonial e que é reforçado pela ideologia dominante do mito da democracia racial. É contundente a crítica de Lélia à aos desdobramentos desse mito, principalmente em relação à análise sexista de Gilberto Freyre<sup>19</sup> de que a mulher negra possui uma sensualidade especial. (GONZALEZ, 2020, p. 60).

Em outro trecho, Carolina apresenta mais uma dimensão do trabalho da empregada doméstica exercido, ainda hoje, majoritariamente, pelas mulheres negras<sup>20</sup>, que é a dupla jornada de trabalho: *“Quanta louça e talheres e panelas para serem lavados! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxugá-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite. Trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem: - Meu Deus! Estou tão cansada!”* (JESUS, 2014a, p. 37). E: *“As mulheres pobres não tinham tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível! As que tinham mães deixavam com elas seus filhos e seus lares”* (JESUS, 2014a, p. 36). Portanto, ainda em diálogo com Lélia Gonzalez (2020), a autora apresenta como as mulheres negras enquanto empregadas domésticas enfrentam uma dupla jornada extenuante, pois já cedo ao acordar enfrentam uma fila para pegar água da bica na favela, aprontar os serviços da casa, depois ir para a casa da patroa, passar o dia inteiro trabalhando, para depois retornar a sua casa e ter que cuidar dos filhos e do serviço doméstico.

As citações de Carolina ilustram como se estrutura o processo de exclusão da mulher negra na sociedade brasileira, por meio dos papéis sociais que cumpre na dinâmica da divisão sexual e racial do trabalho. Assim para Gonzalez (2020): *“Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho”* (2020, p. 56). Diante da realidade de desemprego estrutural, inerente

---

<sup>19</sup> De acordo com a visão de Freyre, a mulher negra era considerada: *“Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as ‘virgens pálidas’ e as ‘louras donzelas’.* (FREYRE, 2000, p. 36)

<sup>20</sup> De acordo com dados do DIEESE (2021), em 2020 haviam 4,9 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, as mulheres representam a maioria das trabalhadoras domésticas do país 4,5 milhões (92%), dentre essas 65% são mulheres negras. A pesquisa também revela que dentre o total de trabalhadores domésticos, 75% não possuem carteira assinada.

ao capitalismo dependente, as determinações de raça e sexo, atuam como mecanismos de hierarquização da força de trabalho, ao mesmo tempo que inviabilizam às mulheres negras a sua participação no processo produtivo ou no mercado formal de trabalho (sempre restrito), imputa a elas a condição de força de trabalho barata e disponível para o trabalho reprodutivo, de cuidados, tão necessário à dinâmica da superexploração da força de trabalho na sua totalidade (SOUZA, 2022). Como declara Carolina:

Eu olhava o dinheiro e pensava: ‘Sem esse papel ninguém vive. Ele nos domina, e predomina na nossa vida. Os que tem bastante são fortes, são respeitados, são os dono do leme; quem não o tem em grandes quantidades, é João-ninguém, pé-rapado, são os desconsiderados, são os fracos.’ Eu só conseguia comer quando estava empregada. Era necessário procurar um emprego para viver sempre na cidade. (JESUS, 2014a, p. 195)

A expressão concreta desse processo tríplice de divisão do trabalho, que constitui em essência a superexploração da força de trabalho, mostra-se também quando Carolina fala, ao longo do livro “Diário de Bitita”, da enorme dificuldade para acessar o serviço de saúde e receber tratamento médico por conta de uma doença em suas pernas. Pois, não possuía dinheiro e nem tinha como ausentar-se do trabalho para ir ao médico, visto que nunca teve carteira de trabalho assinada e conseqüentemente não possuía direitos trabalhistas. Naquele então, diante da completa ausência do Estado face às necessidades da classe trabalhadora, da inexistência de políticas públicas, era a submissão à caridade, permeada de voluntarismo e à moralização da pobreza, a alternativa Carolina relata a passagem por uma Santa Casa, ação filantrópica vinculada à Igreja Católica, em busca de tratamento de saúde: *“Às irmãs disseram que eu deveria lavar as roupas dos asilados. Eu lavava a roupa de trinta pessoas que estavam asiladas. As pernas não sarava. Cansei daquela vida, pedi à irmã Augusta que queria voltar para a minha terra. Não tinha um tratamento adequado. Ela implorou: - Não vá! O mundo é um teatro de agruras. Eu não podia ir ao hospital, porque devia lavar a roupa. Para ir ao hospital precisava permanecer na fila para receber as fichas”* (JESUS, 2014a, p. 153). E *“Estou mais disposta. Ontem supliquei ao Padre Donizeti para eu sarar. Graças a Deus que atualmente os santos estão protegendo. Porque não sobra dinheiro para eu ir no médico.”* (JESUS, 2014a, p. 93)

Seguindo com o diálogo categorial, nos escritos de Carolina encontramos elementos que explicitam aquilo que Clóvis Moura sintetizou na categoria “franja marginal”: *“Eu sou pobre, além de pobre, doente. As doenças internas não nos impedem de trabalhar, mas as externas sim. Já estava cansada de viver às margens da vida”*. (JESUS, 2014a, p. 152). Em outro momento: *“(...) Passou um senhor, parou e nos olhou. E disse perceptível: - Será que*

*este povo é deste mundo? Eu achei graça e respondi - Nós somos feios e mal vestidos, mas somos deste mundo.*” (JESUS, 2014a, p. 145). Esses trechos falam daqueles que estão fora do mercado de trabalho, constituem a “*franja marginal*”, a qual independente da forma que assuma, carrega inscrita a marginalização da população negra desde a constituição e consolidação do mercado de trabalho livre. E essa marginalização orquestrada pelo Estado brasileiro enquanto padrão de dominação, deriva na ocupação majoritária da população negra nas formas mais precárias e informais no mercado do trabalho. (TRASPADINI, 2021).

O resultado da marginalização da população negra, sob o capitalismo dependente, expressa-se nas condições desumanas de sobrevivência da maioria da população negra no País. Esse quadro possui relação direta com o memoricídio (BAEZ, 2010) que foi um instrumento fundamental para a dominação colonial e que se desdobra em diversas dimensões na consciência ideológica do trabalhador negro no capitalismo dependente, no sentido de não se reconhecer enquanto agente ativo na história da classe trabalhadora. De acordo com Souza (2022):

O memoricídio apresenta diversos impactos na construção ideológica do trabalhador negro pós-escavidão. Os mecanismos de barragens e de imobilização da inserção no mercado de trabalho estão, dialeticamente, articulados com a dinâmica racismo-superexploração. A inserção marginal em empregos precários, instáveis e com pouca importância para a valorização do capital é atrelada à construção da sua identidade como não-trabalhador. (SOUZA, 2022, p. 46)

Tomando em conta tais elaborações, pode-se identificar na obra de Carolina a denúncia do memoricídio ao mesmo tempo em que se constrói, por meio de sua escrita, uma memória histórica. Carolina falava de seu desejo por conhecer a história do Brasil: "*Por intermédio dos livros, eu ia tomando conhecimento das guerras que houve no Brasil, a guerra dos Farrapos, a guerra do Paraguai. Condenava essa forma brutal e desumana que o homem encontra para solucionar os seus problemas.*" (JESUS, 2014a, p. 179). A autora, que era interessada nos livros desde que aprendeu a ler, descreve ao longo de suas obras sobre seu gosto por conhecer a história do Brasil, principalmente a história dos sujeitos que de fato construíram esse País. Nesse sentido, dialoga-se com Clóvis Moura em seu artigo "*Atritos entre história, conhecimento e o poder*" onde apresenta como as lutas da população negra e indígena, bem como de suas lideranças, são apagadas pela historiografia oficial e quem ousa contá-las sofre perseguição e também apagamento; ao mesmo tempo em que exaltam-se as histórias da classe dominante, pois é essa classe que define quem são os “vencedores” e os “perdedores” na história do Brasil. Para Carolina: "*Hoje em dia quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser*

*considerado herói*" (JESUS, 2014b, p. 102). E assim como canta o samba enredo Mangueira (2019) Carolina fala dos outros heróis que não são os emoldurados pela história oficial.

Outra categoria fundamental para a análise da superexploração da força de trabalho é a terra, que na obra de Carolina é retratada desde suas lembranças de infância e adolescência, com a vida em Sacramento, a busca incessante de trabalho nas fazendas, a falta da terra para própria subsistência, a separação entre a produção e a distribuição do que era plantado e, no decorrer de sua vida adulta, fala sobre as contradições que perpassam a questão agrária e urbana. Contradições vivenciadas na favela, no espaço marginalizado da divisão geográfica das cidades no período de urbanização das grandes cidades brasileiras, como São Paulo, onde Carolina viveu.

Ao falar da vida nas fazendas: *“O que nos empobreceu demasiadamente foram as nossas andanças pelas fazendas. Percebi que o fazendeiro não dá dinheiro aos colonos. Para mim, a escravidão havia apenas amainado um pouquinho. Era horroroso ver os colonos andarem com as roupas rasgadas, remendadas, como se fossem mendigos.* (JESUS, 2014a, p. 160). Carolina retrata, por meio desse trecho, a dinâmica perversa do sentido da propriedade privada no capitalismo dependente brasileiro, à medida em que a terra é o componente vital para a acumulação da riqueza no modo de produção capitalista conforme Traspadini (2018).

E sem o sentido de propriedade privada, alavanca da riqueza capitalista não se produzem os mecanismos de exploração e opressão que há mais de quinhentos anos se contados do período colonial adiante fazem parte da história e cotidianidade dos povos da América Latina e Caribe. (TRASPADINI, 2018, p. 1710)

*“Será que a revolução ia auxiliar o homem camponês? Auxílio ou agrura?”* (JESUS, 2014b, p. 160), reflete Carolina, atenta aos próprios movimentos de luta pela terra em toda a América Latina. Dentre uma das entrevistas que Tom Farias (2017) escreveu em seu livro, destaca-se uma feita pelo jornalista Carlos de Freitas:

*“ - Pergunta - Carolina, o que você acha e como se sente com a transformação de sua vida?*

*- Resposta - Eu estou alegre e agradeço a colaboração dos que auxilia-me na divulgação do meu livro. É o meu ideal concretizado.*

*- Pergunta - Que você acha da campanha eleitoral?*

*- Resposta - Espero que o governo eleito colabore com o povo, porque os nossos políticos só interessa pelo povo nas campanhas eleitorais. Depois divorciam-se dos humildes.*

*- Pergunta - Que você acha do governo de Fidel Castro?*

- Resposta - *Adoro o Fidel Castro. Ele fez bem defender Cuba. Os países tem que ser independentes. Cada um deve mandar na sua casa.*

- Pergunta - *E se a senhora fosse governador, o que fazia?*

- Resposta - *Queria dar impulso na lavoura, aproveitar as terras, construir casas com todo conforto e colocar os favelados. Eles trabalhavam nas lavouras e teriam mais conforto moral e físico."* (FARIAS, 2017, p. 216)

Carolina ao falar do trabalho nas fazendas e na terra, denuncia a exploração sofrida pela população negra, que sofre sob condição de condenados da terra (FANON, 1979): *"Eu ouvia apenas os rumores que os portugueses haviam lutado desesperadamente para ser os donos dessas terras. Mas eu não via portugueses na lavoura. Deram valor ao Brasil só enquanto o braço africano trabalhava gratuitamente para enriquecê-los"* (JESUS, 2014a, p. 53). Mostra-se aí a percepção de Carolina sobre a dialética da relação entre terra, trabalho e racismo, conforme elaborado por Souza (2020). Importa exprimir que por questão agrária, compreende-se não apenas o espaço rural do campo, mas também o meio urbano e a cidade. Dessa forma, Carolina retrata a questão agrária ao falar da vida na favela: *"O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada"*. (JESUS, 2014b, 147). E: *"[...] eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos"* (JESUS, 2014n, p. 32). Diante disso, entende-se o processo de desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, o qual, segundo Gonzalez (2020), por não haver uma política de integração de uma grande parcela da população marginalizada impulsionou o deslocamento da população pobre e, sobretudo, negra, que saiu do campo para trabalhar nas cidades e passou a ocupar as favelas, esse espaço geograficamente marginalizado, fruto também de uma divisão racial do espaço no Brasil.<sup>21</sup> (GONZALEZ, 2020).

Considerando a superexploração da força de trabalho mecanismo de apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho (formal ou informal), percebe-se que são os que estão fora do mercado de trabalho, que compõem a franja marginal na sociedade brasileira, submersos no desemprego estrutural, os que sofrem, de forma

---

<sup>21</sup> Para aprofundar sobre como a divisão do espaço no Brasil, ver Ermínia Maricato: *Habitação e cidade*. São Paulo, Atual, 1997. E Milton Santos: *A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis, Vozes, 1980. (orig. *Les Villes du Tiers Monde*, 1971)

ainda mais brutal, as consequências da superexploração da força de trabalho. Mais uma vez, a escrita de Carolina revela esta realidade: “[...] *Nós somos pobres, viemos para as margens do rio, são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.*” (JESUS, 2014b, p. 54). Nessa mesma direção, sobre a marginalização da população negra, Moura apresenta:

O imigrante já tinha capacidade para exercer o novo e mais complexo tipo de trabalho que a sociedade emergente da escravidão estava a exigir. Numa sociedade competitiva não há vácuo de força de trabalho. Pelo contrário. O que existe é a mão-de-obra excedente - especialmente não qualificada - que flutua permanentemente. Esse excedente de mão-de-obra foi composto exatamente por aqueles negros que vinham das senzalas. A mão de obra excedente, numa sociedade competitiva, tende a se marginalizar. Se ela não é absorvida e integrada na economia global em expansão e não se criam mecanismos capazes de empregá-la, há tendência de marginalizar-se progressivamente e quanto mais ela se marginaliza, menos condições têm de sair desse estado de marginalização (MOURA, 2021, p. 55)

Outra das manifestações da superexploração da força de trabalho, que identificamos retratada na obra de Carolina Maria de Jesus, é a baixíssima participação dos trabalhadores no mercado, pois dado o mecanismo da superexploração de remunerar os trabalhadores abaixo do valor necessário a sua reprodução, nem sequer podem ser considerados cidadãos consumidores. O resultado desse processo tem sido consequência do não desenvolvimento do mercado interno no País<sup>22</sup> e se expressa na impossibilidade da classe trabalhadora participar amplamente da circulação de mercadorias. Soma-se a isso os altos índices de desemprego e seus desdobramentos na, fome, miséria, etc. De acordo com Souza (2022):

Devido a essa realidade, observam-se: baixos padrões de consumo e acesso a determinados bens e serviços, ofertados pelo mercado; restrições no acesso às políticas públicas que compensem, em alguma medida e de maneira indireta, a expropriação da mais-valia, imposta diretamente nas relações de trabalho e assalariamento. A informalidade do trabalho, a precarização extrema e a ausência de políticas universais de proteção social expressam a síntese do abismo social forjado pela desigualdade fundante do capitalismo dependente. (2022, p. 37)

Carolina escreve: “*Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar*” (JESUS, 2014b, p. 11). E: “*Pensei na vida atribulada que eu levo.*”

---

<sup>22</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini: “nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo” (MARINI, 2000, p. 132)



*Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura”*. (JESUS, 2014b, p. 12). Carolina evidencia as demais dimensões da superexploração da força de trabalho, como o fato de nunca ter tido uma carteira assinada na vida, nem trabalho formal, tendo que sofrer as contradições mais viscerais do capitalismo dependente: a fome. *Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estomago. E por infelicidade eu amanheci com fome”* (JESUS, 2014b, p. 99). A fome é, cruelmente, um marco no cotidiano de Carolina e expressão concreta da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente brasileiro, que é direcionado a atender aos interesses do capital financeiro ao mesmo tempo em que milhões de brasileiros passam fome.

Tal qual na época de Carolina, a fome permanece assombrando a realidade contemporânea. Segundo dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 33,1 milhões de brasileiros não tinham o que comer. E a fome no Brasil tem cor, pois segundo dados da pesquisa 65% das famílias comandadas por pretos e pardos passam por algum nível de insegurança alimentar, comparado aos 46,8% dos lares comandados por pessoas brancas. E, ao analisar as determinações de gênero/sexo, nos lares comandados por mulheres a fome passou de 11,2% para 19,3% em comparação aos lares chefiados por homens, que passou de 7% a 11,9%. Ou seja, os lares chefiados por mulheres negras são os que mais sofrem com a dinâmica da dependência no Brasil, que se expressa concretamente na fome: *“Mas, se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo”* (JESUS, 2014b, p. 162).

Em outra citação Carolina, retomando as memórias da sua infância na década de 1930, expressa: *“Quando o negro envelhecia ia pedir esmola. Pedia esmola no campo Os que podiam pedir esmolas na cidade eram só os mendigos oficializados. A câmara dava uma chapa de metal com um número, depois de ele ser examinado pelo médico e ficar comprovada a sua invalidez. E o mendigo não podia emprestar dinheiro a juro. Eram fiscalizados.”* (JESUS, 2014a, p. 31). Identifica-se pelo exposto, a dinâmica do capitalismo dependente, a inexistência das políticas sociais de caráter universal, à medida em que o Estado dependente, historicamente, tende a se ausentar da responsabilidade de atender as demandas da população que está fora do mercado de trabalho, visto que suas vidas não importam ao mercado. Nesse sentido, de acordo com Paiva e Ouriques (2006):

Esse modelo econômico – periférico e dependente – revela a situação do país e da região: a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. Enfim, para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172).

Carolina em suas obras protesta e denuncia a sua condição de vida e marginalização: “*Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino*”<sup>23</sup>. *As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos.*” (JESUS, 2014b, p. 33). E: *Despertei. Não adormeci mais. Comecei a sentir fome. E quem está com fome não dorme. Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalem: – Não chores por mim. Choraes por vós – Suas palavras profetizava o governo do Senhor Juscelino. Penado de agruras para o povo brasileiro. Penado que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome*” (JESUS, 2014b, p. 134). A denúncia que aparece constantemente no decorrer das obras, é um instrumento de contestação das barreiras contra ela colocadas. Carolina ao não se conformar com a realidade imposta, torna-se uma *má cidadã*<sup>24</sup>, nega a subalternidade, a marginalização, a desumanização e a alienação a que está submetida. Além disso, Carolina é uma escritora que escancara a realidade do Brasil pela sua escrita sem adotar os parâmetros da branquitude, permanecendo como uma *má cidadã*.

O negro que, ao realizar-se como escritor, não branqueia a sua temática, não se incorpora as correntes de produção oficiosas e acadêmicas, passa a ser visto, também, como deformado, contestador sem motivo e, muitas vezes, mal-agradecido. (MOURA, 2021, 35)

É, portanto, enquanto uma contestadora que Carolina se coloca e escreve sobre o mundo ao seu redor, pois no ato de escrever Carolina nega sua condição de subalternidade e torna-se

---

<sup>23</sup> Jânio Quadros foi prefeito e governador de São Paulo e também presidente do Brasil em janeiro de 1961, tendo renunciado em agosto de 1961.

Adhemar de Barros foi prefeito de São Paulo nos anos de (1947-1951) e governador do estado durante (1947-1966)

Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil de (1956-1961)

<sup>24</sup> O conceito de “*má cidadã*” traz como referência o conceito desenvolvido por Clóvis Moura, que compreende a valoração do *mau cidadão* como: “Vemos, portanto, que ruindade e bondade são conceitos criados por uma classe social que detém as condições de estabelecer o que é bom e o que é mau de acordo com os valores e ideias dominantes. São valores já estabelecidos e que se chocam com os emergentes na sociedade, pois, nem sempre, ou melhor, quase nunca aquilo que é bom para os estratos que se situam no cume da pirâmide coincide com o que é bom para aqueles que se encontram na sua base. Por outro lado, o conceito moral e a formalização de uma ética são também condicionados pelo tipo de estrutura social existente que lhe imprime o ethos fundamental e dominante” (MOURA, 2021, p. 37)

sujeito de si mesma. Uma mulher que, ao falar sobre a sua realidade, conta a história de milhões de brasileiros que viviam e vivem à margem do desenvolvimento econômico, revelando que esse desenvolvimento é totalmente atrelado a uma modernização conservadora excludente (GONZALEZ, 2020). Na sua constante denúncia aos governantes diz: “*O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.*” (JESUS, 2014b, p 29)

A obra de Carolina, em mediação com os demais autores apresentados mostra como esses *maus cidadãos* que são repelidos dos espaços formais de trabalho no capitalismo dependente, são fundamentais para a composição da totalidade da superexploração da força de trabalho no Brasil. Pois em uma sociedade em que o novo é sempre a modernização das estruturas arcaicas, o racismo, a propriedade privada da terra, o sexismo, a violência, a fome, a desumanização são as expressões radicais da superexploração da força de trabalho na vida da classe trabalhadora brasileira.

Contudo, a história da luta de classes no Brasil mostra como as classes oprimidas e os *maus cidadãos* forjam resistências radicais, que dinamizam a história do País, ao mesmo tempo em que criam acúmulos coletivos de resistência, organização, ao escreverem outra história possível. Lutas que vêm desde a *práxis negra*<sup>25</sup>, durante o escravismo colonial, por meio da contestação, quilombos, guerrilhas, organização coletiva, suicídio, etc., e que no capitalismo dependente vão constituir acúmulos para a luta organizada dos trabalhadores livres. As contradições que pulsam do movimento da luta de classes no Brasil, revelam o outro lado da superexploração da força de trabalho: a negação do trabalho alienado, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora se reconhece e constrói sua própria história, criando assim possibilidades de construção de uma nova sociedade não mais estruturada pela superexploração da força de trabalho.

---

<sup>25</sup> Lélia Gonzalez ao falar sobre a história oficial contada no Brasil em seu artigo “A mulher negra na sociedade brasileira”, apresenta como são apagadas as histórias de luta do povo negro no País. Segundo González: “O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que soua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês”, e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum”. (GONZALEZ, 2020, p. 50)



## CONCLUSÃO

Retratar a superexploração da força de trabalho no Brasil é um exercício difícil dado a complexa organização do trabalho na realidade brasileira. Diante disso, o presente trabalho buscou compreender suas determinações a partir da formação sócio-histórica brasileira, realizando mediações acerca das contradições que constituem o passado e presente deste território. É considerando essa dificuldade que buscamos na obra literária de Carolina Maria de Jesus outros elementos, além das obras teóricas trabalhadas, que auxiliassem na compreensão da dinâmica da superexploração na realidade concreta.

Considerando os objetivos do projeto, a relação estabelecida entre a superexploração da força de trabalho - considerando suas determinações a partir da divisão racial, social e sexual do trabalho sob a dialética da dependência, conforme desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho - e os elementos da realidade social apreendidos na obra de Carolina Maria de Jesus possibilitou, dentro dos limites de um Trabalho de Conclusão de Curso, um maior adensamento na compreensão das contradições entre capital e trabalho dinamizadas pela da superexploração da força de trabalho na realidade brasileira.

A dependência, enquanto uma categoria, que expressa a estrutura do modo de produção capitalista latino-americano, manifesta-se em todos os âmbitos das relações sociais: econômico, social, político, ideológico, etc. Isto resulta, historicamente, na construção de uma história oficial baseada na imposição ideológica da classe dominante, o que resultou em uma fragmentação da história da classe trabalhadora brasileira. (SOUZA, 2022). Assim, não só a obra, mas a escrita de Carolina são pontos centrais deste trabalho, à medida que ela ajuda a escrever a história não contada da classe trabalhadora e se reconhece em sua própria história. É escrevendo que Carolina se contrapõe ao memoricídio, e contribui, portanto, para denunciar o apagamento da história dos sujeitos que constroem o País.

Considerando minha formação em Serviço Social e a aproximação com o objeto da profissão é importante destacar o quanto o desenvolvimento deste trabalho trouxe elementos que adensaram a compreensão da questão social na realidade brasileira. Assim, entendo que no Brasil, devido ao modo de produção capitalista dependente e a condição *sui generis*, a questão social carrega inscrita desde sua origem as marcas históricas do modo de produção escravista colonial: os violentos processos de expropriação e monopólio da terra, racismo, sexismo e o

memoricídio. Sua origem apresenta elementos que particularizam as condições de acumulação e centralização da riqueza no País, que ganham a marca da superexploração da força de trabalho expressa, dentre outras maneiras, pela constituição de um contingente enorme de desempregados, trabalhadores informais e precarizados despossuídos de condições de existência digna. Mas que ao mesmo tempo constituem processos de resistência desde o escravismo colonial e que, como Carolina Maria de Jesus, forjam sentidos de beleza, afirmação e memória como legado da luta de classes.

Pelo exposto, posso afirmar que com a realização deste trabalho pude qualificar minha formação como futura assistente social, com evidência aos desafios, mas, também, cada vez mais incitada pela perspectiva de uma atuação profissional centrada na práxis na e na contribuição para as lutas da classe trabalhadora no confronto contra o capital e na construção das possibilidades da emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, p.77- 87
- DIEESE. Trabalho Doméstico no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html> Acesso em: 10 de out. 2022.
- EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69-83, abr. 2020.
- FANON, F. Os Condenados da Terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FARIAS, Tom. Carolina: uma biografia/ Tom Farias. – Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> Acesso em: 13 out. 2022.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio à Iª edição (Gilberto Freyre). IN: FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 29-63
- \_\_\_\_\_. I Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. IN: FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 64-155
- GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre – L&PM, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Annual Meeting of the Latin American Studies Association. Pittsburgh, 5-5 abr. 1979a. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Spring Symposium the Political Economy of the Black World. Los Angeles, 10-12 maio 1979c. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: Anpocs, 1983. (Ciências Sociais Hoje, n.2)
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, interações e diálogos/ organização Flavia Rios, Marcia Lima. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial**.--6 ed. --São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2010.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em: 13 set 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acesso em: 13 set 2022

Instituto Moreira Salles. “Um Brasil para os brasileiros”. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>. Acesso em: 27. Out. 2022.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977. Quarto de despejo: diário de uma favelada/Carolina Maria de Jesu; ilustração Vinicius Rossignol Felipe. – 10. Ed. – São Paulo: Ática, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita/ Carolina Maria de Jesus. São Paulo: SESI-SP editora, 2014a

KONDER, Leandro. A “Vitória do Realismo” num poema de Drummond: a mesa. In: COUTINHO. Carlos Nelson et alii. Realismo & anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, n. 32, p. 119-141, junho/2012.

\_\_\_\_\_. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?**. Trab. educ. saúde [online]. 2013, vol.11, n.1, pp.169-190. ISSN 1981-7746.

\_\_\_\_\_. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo, Atual, 1997.

MARINI, R. M. (2005). Memória. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P.. (orgs.), Ruy Mauro Marini. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.



\_\_\_\_\_. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

\_\_\_\_\_. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

\_\_\_\_\_. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?**. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

\_\_\_\_\_. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Revista Princípios**, N. 19, 1990.

\_\_\_\_\_. Os quilombos e a luta de classes no Brasil. **Debate Sindical**, São Paulo, n.20, dez.1995 e jan./fev. 1996, p.43-48.

\_\_\_\_\_. Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho. Ver. São Paulo, em *Perspectiva*, 2 (2): pp. 44-6, abr. jun., 1988.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSORIO, Jaime. **O Estado no capitalismo dependente**. In: OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Palmares Fundação Cultural. **Teatro Experimental do Negro (TEN)**. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=40416>>. Acesso em: 22 out. 2022.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166- 175, jul./dez. 2006.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. Campinas: PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/>> Acesso em: 7. Out. 2022

SANTOS, Milton. A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes, 1980. (orig. Les Villes du Tiers Monde, 1971)

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. Racismo e luta de classes da América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. - 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Souza, C. L. S. de. (2022). Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 14(2), 33–55.

TRASPADINI, Roberta S. Questão Agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. Revista Direito & Práxis, vol. 9, n.º 3, pp. 1694-713. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. Fome, estômago e consciência da superexploração. **Outras Palavras**: Jornalismo de Profundidade e pós-capitalismo, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/fome-estomago-e-consciencia-da-superexploracao/> Acesso em 10 ago 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras 2012.